



GUIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL (PCI)

GUIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL (PCI)

Coordenador: Alfredo Asiáin Ansorena, UPNA
Redação: ean Jacques Casteret, CIRDOC - Institut occitan de cultura; Jordi Montlló Bolart e Antonio Rojas Rabaneda, ICRPC; Alfredo Asiáin Ansorena, UPNA
Edição: Ekiñe Delgado Zugarrondo e Isabel Merino González, UPNA
Ilustrações: Ekiñe Delgado Zugarrondo, UPNA
Fotografias cedidas: sócios da Interreg Sudoe LIVHES, fotografias creative commons, autorizações do Pays de Béarn, Governo de Navarra, Deputação de Burgos, Deputação de Teruel e Generalitat de Catalunya
Versão em francês: ALPHATRAD France Optilingua International
Versão em português: Elisabete Pais de Jesus Ramos
Versão em inglês: Kit Cree
Versão em basco: Eneko Garcia Uriz e Ekiñe Delgado Zugarrondo, UPNA
Versão em catalão: Link Multilingüe
Versão em galego: Servizos Lingüísticos da Deputación de Pontevedra
Versão em occitano: CIRDOC - Institut occitan de cultura
ISBN: 978-84-09-50605-7
Pamplona – Iruñea, Espanha, 2023

SÓCIOS DO PROJETO INTERREG SUDOE LIVHES



PRESENTACIÓN SARA GONZÁLEZ CAMBEIRO

Coordinadora del Plan Nacional de Salvaguarda del Patrimonio Cultural Inmaterial de España



Desde la adopción de la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial de UNESCO en el año 2003 se han sucedido los instrumentos que ayudan a tomar conciencia de la importancia de salvaguardar los conocimientos y prácticas que son expresión de la identidad cultural de las comunidades. La presente Guía es una herramienta metodológica para la valorización de este tipo de Patrimonio, en la línea con los principios y acciones del Plan Nacional de Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial promovido por el Instituto del Patrimonio Cultural de España (Ministerio de Cultura y Deporte) en colaboración con las Comunidades Autónomas. Además, dado que el PCI, además de un valor simbólico de uso y como soporte de la memoria compartida, tiene un papel fundamental en la sostenibilidad medioambiental y social, en la Guía se desgranán medidas para coordinar la salvaguardia del PCI con los acuerdos adoptados en la Estrategia Nacional frente al Reto Demográfico y el Plan Nacional de Adaptación al Cambio Climático.

De una manera transversal y con la mirada puesta en la participación de las comunidades, esta publicación no solo actualiza el marco normativo y de protección, sino que ofrece propuestas muy diversas (tanto a nivel teórico como práctico) para experimentar y salvaguardar el Patrimonio Cultural Inmaterial. Las experiencias que se incluyen en la Guía nos hablan de la diversidad del PCI y de la necesaria creatividad para ofrecer soluciones innovadoras en el reto de su identificación y salvaguardia, comenzando por la coordinación entre instituciones, administraciones y protagonistas, pues este tipo de Patrimonio Cultural requiere, más que ningún otro, un consistente trabajo de colaboración entre todos los agentes implicados.

PRÉSENTATION LILY MARTINET

Chargée de mission PCI à la
Maison des Cultures du
Monde - CFPCI



La France a approuvé le 11 juillet 2006 la Convention pour la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel (PCI). Dix ans après, elle a introduit le PCI dans le Code du patrimoine. La mise en œuvre de la Convention a été confiée au ministère de la Culture, plus particulièrement au Département de la recherche, de la valorisation et du patrimoine culturel immatériel (DRVPCI).

Une des premières mesures prises par la France a été le lancement en 2008 de l'inventaire national du PCI. Il a été alimenté dans un premier temps par un appel à projets annuel, puis par des demandes spontanées qui parviennent directement au DRVPCI. Le Comité du patrimoine ethnologique et immatériel examine les projets de fiches et se prononce sur l'inclusion d'éléments à l'inventaire national du PCI. Il émet des avis sur les dossiers de candidature pour l'inscription sur les Listes de la Convention. Ces avis font l'objet d'une approbation par la ou le ministre de la Culture. L'inventaire national compte en 2023 plus de 500 éléments. L'inclusion à l'Inventaire ouvre depuis 2018 le droit d'utiliser l'emblème « PCI en France ».

Outre l'Inventaire, l'action du ministère de la Culture se déploie autour de plusieurs axes : la formation, la recherche, la sensibilisation et la valorisation. Des formations sont organisées chaque année avec le soutien du ministère. La recherche est encouragée grâce au financement de programmes et à la Chaire UNESCO « PCI et développement durable ». La sensibilisation à la valeur du PCI passe, quant à elle, par les initiatives portées par les acteurs impliqués dans la sauvegarde du PCI (écomusées, réseau des Ethnopôles, associations, fédérations).

APRESENTAÇÃO RITA JERÓNIMO

Subdiretora da Direção Geral
do Património Cultural



A Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) felicita o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial do Rio Minho (AECT Rio Minho) pelo trabalho realizado no projeto LIVHES, “Living Heritage for Sustainable Development”, uma área da maior importância para esta Direção-Geral no quadro das suas competências e atribuições.

No âmbito deste projeto, agradecemos o convite para nos associarmos ao Guia Metodológico para a valorização do Património Cultural Imaterial (PCI) e congratulamo-nos com sua disponibilização em várias línguas, que contribui para amplificar o acesso à cultura. Este guia traduzido promove ainda a cooperação transfronteiriça na área do Património Cultural, que assume a maior relevância para a DGPC enquanto entidade responsável pela proteção legal deste património em Portugal através do seu Inventário Nacional.

Exemplo de boa cooperação transfronteiriça na área do PCI é a «Pesca nas Pesqueiras do Rio Minho». O Inventário Nacional desta arte de pesca partilhada por Portugal e Espanha entre a região do Alto Minho e a Galiza foi publicado em Diário da República de 30 de novembro de 2022. A liderança da AECT Rio Minho, a investigação conduzida pelo antropólogo Álvaro Campelo e a participação dos pescadores do troço internacional do rio Minho e outros agentes, viabilizaram a inventariação desta prática milenar pela DGPC. Outro trabalho meritório desenvolvido pelas comunidades dos dois países é o projeto “Ponte...nas Ondas!”, valendo-lhe o reconhecimento pela UNESCO na área das boas práticas. A DGPC continuará a acompanhar com interesse estas e outras iniciativas de cooperação transfronteiriça na área do Património Cultural.

PRÓLOGO

HONORIO M. VELASCO

Catedrático Emérito de Antropología. UNED

Desde a sua criação como categoria, o Património cultural imaterial não parou de crescer, estender-se, ampliar-se. Também o fez o Património cultural geral, e o imaterial em particular não só foi responsável por isso, como também se constituiu um domínio tão imponente quanto o património histórico-artístico. Uma tarefa valiosa foi a de generalizar (e em certa medida “educar para”) a sensibilidade para as práticas, objetos, expressões e manifestações que anteriormente não eram apreciadas como tal. “Apreciadas” tem aqui um duplo sentido de visibilidade e de dotação de valor. Esta tarefa ainda está longe de terminada, enquanto no campo oposto parece reafirmar-se a noção de que a ampliação não terá limite. A questão de que “praticamente tudo” pode ser Património Imaterial é formulada frequentemente e especialmente quando a proposta se refere a elementos aparentemente intrascendentes, triviais. Ou, pelo contrário, como às vezes foi postulado, a elementos de criação artística culta. A colocar-se esta questão, seguramente requerer-se-iam critérios de identificação. Critérios não estabelecidos na Convenção da Unesco, ainda que possam achar-se nos Guias práticos para o seu desenvolvimento. Haveria que insistir-se que haveriam de ser mais de identificação que de limites. Os únicos limites claros -Unesco dixit- são o respeito pelos direitos humanos e o respeito entre comunidades, povos e indivíduos, e o desenvolvimento sustentável.

Essa questão primordial teria de ligar-se com um princípio básico que outorga o protagonismo do Património Imaterial às “comunidades detentoras”. O conceito de identificação não é tão objetivo quanto subjetivo, isto é, ligado às comunidades, e portanto associado indissociavelmente à representatividade. A Convenção de 2003 trouxe uma mudança significativa em relação à de 1972 nesta alteração do foco desde os objetos para os indivíduos. E ainda necessita, certamente, de ser reafirmado, pois ainda fica frequentemente em segundo plano. As comunidades, sem embargo, não deveriam ser encaradas como entidades sociais ideali-



zadas. Em certas ocasiões, o consenso é difícil de alcançar e, por outra parte, algumas vezes é mais fruto de estratégias de interesse que de sentimentos comuns. Em todo o caso, os processos de patrimonialização são processos sociais (e obviamente políticos).

O que promove a “salvaguarda” e a “proteção” do Património Imaterial é um conjunto de programas e de ações de índole distinta, estando uma delas a converter-se -segundo os relatórios provenientes de muitas partes do mundo- em objeto de especial atenção: a transmissão às novas gerações. É uma ideia generalizada que as novas gerações não desejam ou não mostram demasiado entusiasmo em receber as práticas tradicionais, nem em responsabilizar-se a transmitir-las aos seus sucessores. Caberia precisar que, se não todas, é assim para muitas delas, mas consoante o caso e consoante o tempo. Para mais, os integrantes das gerações antecessoras vêm reduzindo em número ou estão desaparecendo. Já só restam alguns “mestres”. E os processos de mobilidade, de migração, também afetam dramaticamente as populações em muitos territórios, tornando-as comunidades demograficamente debilitadas sem densidade social



bastante para que as práticas tenham lugar ou tão-pouco produzir a transmissão intergeracional. Em não poucos casos tornou-se até muito difícil garantir-la. De qualquer modo, a percepção da complexidade e a fragilidade do processo teria de ser agudizada, a fim de se intensificarem os esforços de “proteção” do que ainda continua vivo e vigente.

Os procedimentos de “proteção” institucionalizados requerem uma complementaridade necessária com os procedimentos internos e de autogestão, de modo que se torna indispensável uma negociação. É consequente concluir que as medidas de “proteção” do Património Imaterial são fundamentalmente sociais. As linhas da transmissão diversificaram-se e a corresponsabilidade desenvolve-se com a interação social entre iguais. Em boa medida, no Património Imaterial há atratividade suficiente para chamar o indivíduo à participação coletiva e motivar a passagem desde um papel de mero espectador ao de intérprete entregado. Certamente o turismo contribuiu em não poucos casos para a espetacularização das práticas tradicionais, se bem que nas formas básicas da mobilidade das populações estão os velhos processos culturais de encontro e de hibridação que geraram o dinamismo das culturas ao longo dos tempos.

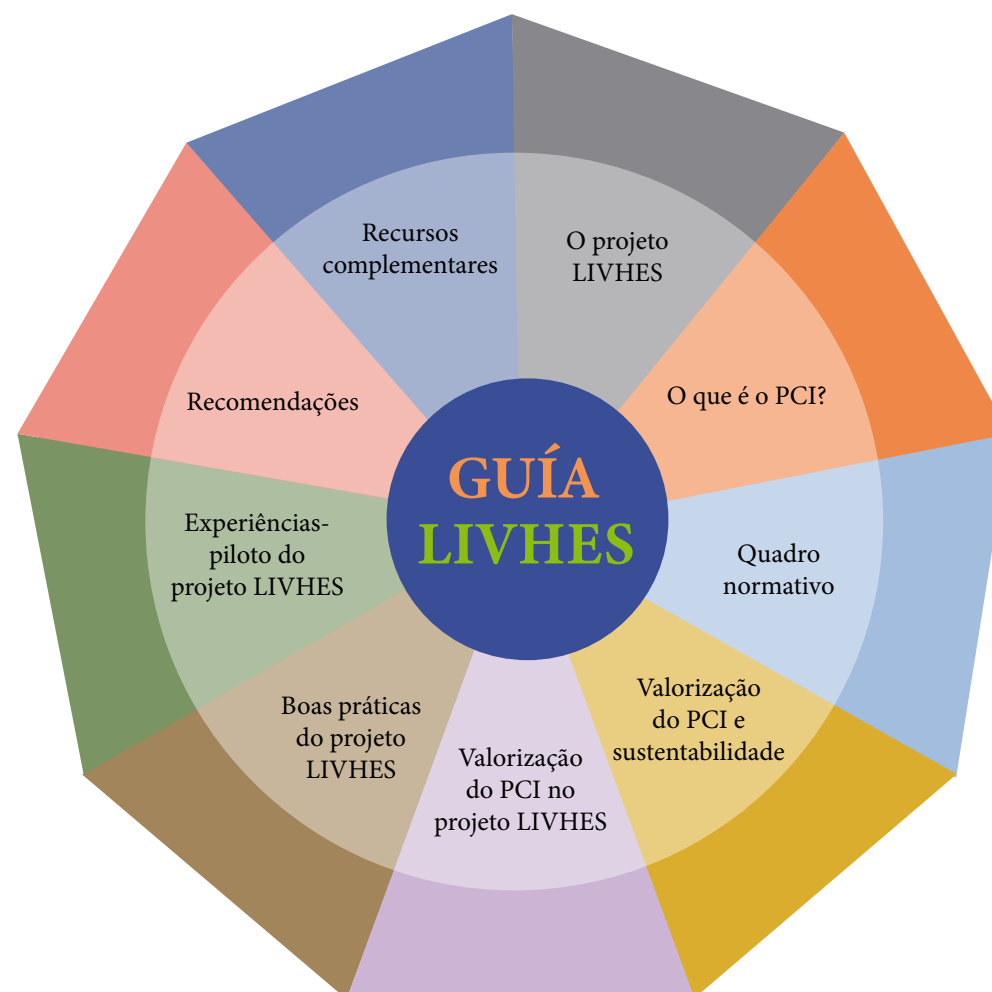
O objetivo chave do trabalho sobre o Património Imaterial é, como dizia Leví-Strauss ainda nos anos 50 do século XX, reforçar a manutenção da diversidade cultural e favorecer a sua contínua regeneração.



VÍDEO DO PROJETO LIVHES



SUMÁRIO INTERATIVO



LOCALIZE O MÓDULO QUE LHE INTERESSA

CLIQUE NO ÍCONE DA MÃO PARA ACEDER AO MÓDULO

ÍNDICE

GUIA MODULAR

O guia está concebido com uma estrutura modular, isto é, permite a consulta concreta de uma parte, mas também a leitura contínua mais tradicional. Esta flexibilidade de uso tem repercussões no desenho da edição.

Por um lado, porque apresenta duas formas de indexação dos módulos. Na página anterior, disponibiliza-se um sumário interativo pensado para uma consulta mais pontual. Clicando no ícone correspondente, acede-se diretamente ao capítulo que interessa. Nesta página, na parte da esquerda, discrimina-se, num índice, a sequência ordenada e numerada dos módulos, caso se opte por uma leitura completa.

Por outro lado, cada módulo está identificado com uma cor e tem a sua própria numeração de páginas na parte superior. A numeração geral de todo o guia aparece na parte inferior das páginas.

GUIA COM DIFERENTES NÍVEIS DE INFORMAÇÃO

Para além da flexibilidade da estrutura modular, o guia apresenta versatilidade de uso quanto aos destinatários e ao nível da informação que se oferece.

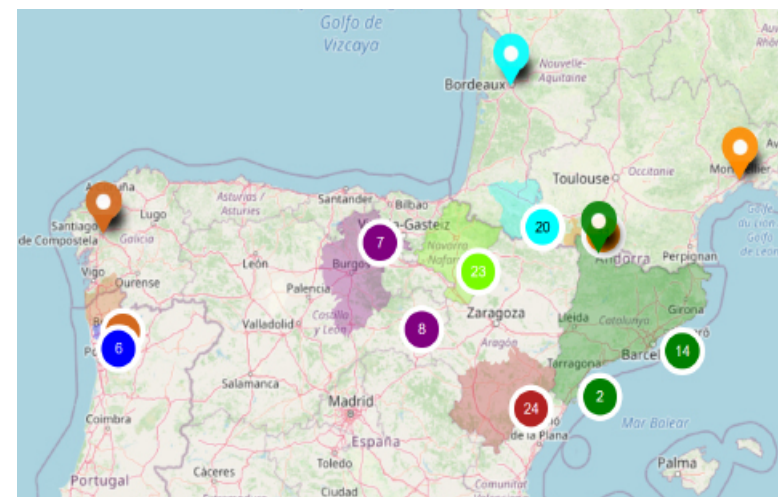
Está pensado para ser utilizado tanto pelo público em geral, pouco versado no património cultural imaterial, como pelos técnicos de desenvolvimento local, gestores e agentes culturais, e ainda pelos leitores mais iniciados e/ou especializados no PCI.

Por esta razão, optou-se por um desenho muito visual, com inúmeras infografias e esquemas, que desse resposta a um nível divulgativo, mas também por uma apresentação da informação em diferentes níveis com profundidade crescente ou escalável. Através de links ou ligações, pode-se aceder progressivamente a um nível técnico básico e, inclusivamente, a um nível técnico expert. Primou-se, com isso, pela utilidade do guia.



1. O PROJETO LIVHES

- O que é o projeto LIVHES
- Objetivos do projeto LIVHES
- Fases do projeto (esquema para ver o processo e como surge o guia)
- Os sócios do projeto (mapa com pequena ficha de cada sócio)



O QUE É O PROJETO LIVHES?

O projeto **LIVHES**: Living heritage for sustainable development enquadra-se no Programa Interreg Sudoe que apoia o desenvolvimento regional no sudoeste da Europa, financiando projetos internacionais através do Fundo FEDER. Assim, promove a cooperação internacional para abordar problemáticas comuns às regiões deste território.



O **LIVHES** dá resposta a uma necessidade europeia e a um repto territorial partilhado pelas áreas escassamente povoadas do sul europeu: encontrar e implementar novas fórmulas de valorização do seu importante Património Cultural Imaterial (PCI), promovido e reconhecido pela UNESCO, como ferramenta de desenvolvimento económico sustentável e de coesão territorial.

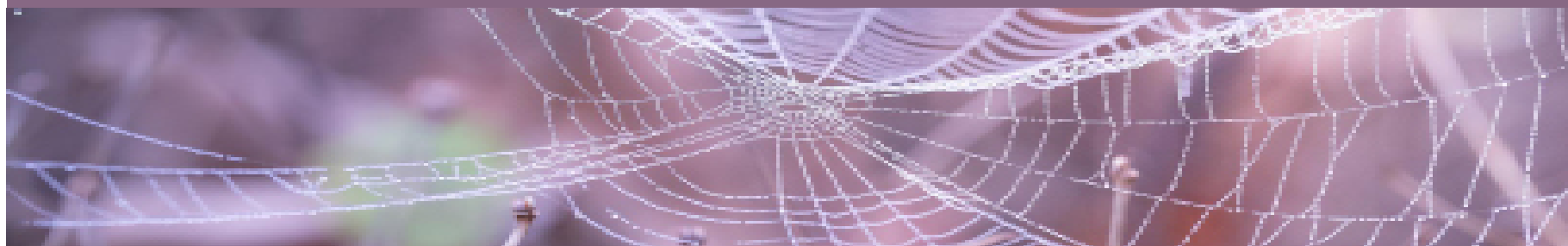
OBJETIVO PRINCIPAL

Gerar novas formas de valorizar o Património Cultural Imaterial através do desenvolvimento de novas metodologias.



OBJETIVO ESPECÍFICO

Melhorar os métodos de gestão do Património Natural e Cultural através da criação de redes e da experimentação conjunta.

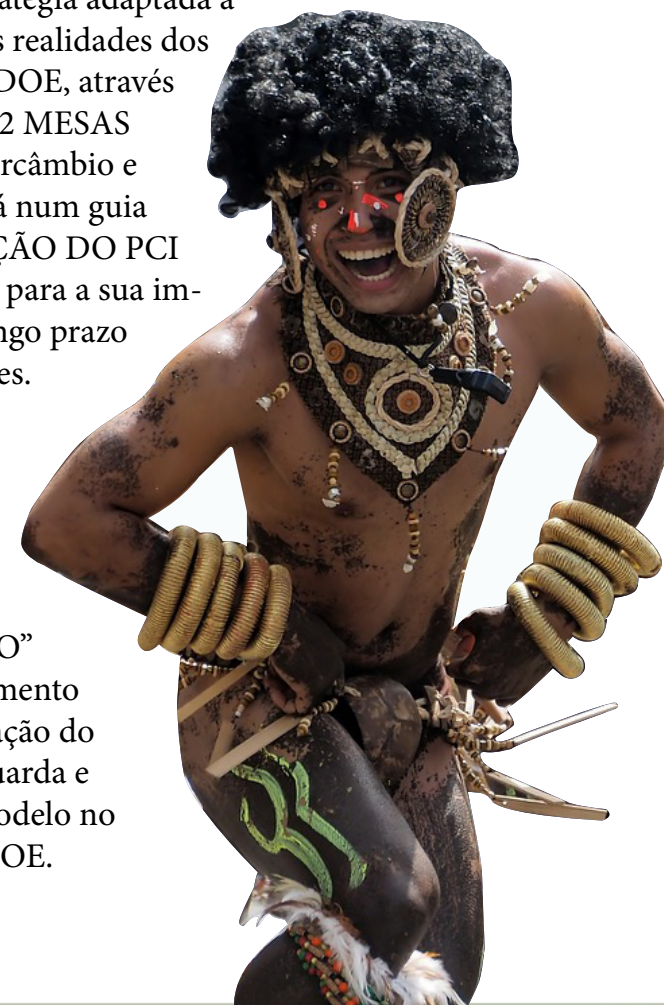


Identificar, selecionar e estudar as melhores práticas visando a valorização do PCI como motor de desenvolvimento local e extrair ensinamentos transferíveis para o espaço SUDOE envolvendo os agentes locais, regionais competentes em PCI e desenvolvimento local através da criação DE GRUPOS TERRITORIAIS PARTICIPATIVOS (GTT) para gerar um DIAGNÓSTICO CONSOLIDADO SOBRE OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES DO PCI como motor de desenvolvimento sustentável e UM MAPA DE AGENTES E SOLUÇÕES INOVADORAS dentro e fora do espaço SUDOE.

REPLICAR O MODELO DE VALORIZAÇÃO através de atividades de transferência e socialização do conhecimento e GERAR NOVOS PROJETOS DE VALORIZAÇÃO através do FÓRUM INTERNACIONAL DE PCI e da criação DE UMA REDE DE TRABALHO.

Desenvolver uma metodologia comum para a valorização do PCI e uma estratégia adaptada a cada região participante e às realidades dos diferentes territórios do SUDOE, através dos GTT e da realização de 2 MESAS INTERNACIONAIS de intercâmbio e reflexão que se materializará num guia PRÁTICO DE VALORIZAÇÃO DO PCI e em 8 PLANOS DE AÇÃO para a sua implementação a médio e a longo prazo nos 8 territórios participantes.

Experimentar e avaliar a metodologia proposta através da sua aplicação em 8 “EXPERIÊNCIAS-PILOTO” que coloquem o desenvolvimento económico a par da valorização do PCI, incluindo a sua salvaguarda e transmissão, e divulgar o modelo no conjunto do Território SUDOE.



2. O QUE É O PCI?

- A Convenção para a salvaguarda do PCI
- O PCI (definição da Convenção art.º 2.1)
- Ambitos do PCI (art.º da Convenção 2.2)
- Diretivas operacionais do PCI
- Conceito de salvaguarda (art.º 2.3)
- O PCI no património local ou territorial



A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, denominada de agora em diante por “a UNESCO”, na sua 32.^a reunião, celebrada em Paris de vinte e nove de setembro a dezassete de outubro de 2003, aprova a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, com a finalidade de:

A salvaguarda do património cultural imaterial.

O respeito pelo património cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos em causa.

A sensibilização no plano local, nacional e internacional face à importância do património cultural imaterial e do seu reconhecimento recíproco.

A cooperação e assistência internacionais.



O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL FICA DEFINIDO NO ARTIGO 2 DA CONVENÇÃO DA UNESCO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL (2003)

S Entende-se por “património cultural imaterial” os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - juntamente com os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes são inerentes - que as comunidades, os grupos e, nalguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu património cultural. Este património cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e pelos grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo, assim, para promover o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. Para os efeitos da presente Convenção, ter-se-á em conta unicamente o património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos e de desenvolvimento sustentável.



CONVENÇÃO UNESCO (2003)

SEGUNDO A UNESCO, O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL MANIFESTA-SE PARTICULARMENTE NOS SEGUINTE **ÂMBITOS**

Tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do património cultural.

Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo.



Artes do espetáculo.

Usos sociais, rituais e atos festivos.

Técnicas artesanais tradicionais.

AS DIRETIVAS OPERACIONAIS (ARTIGO 1.3.) DA CONVENÇÃO DA UNESCO ESTABELECEM OS SEGUINTE CRITÉRIOS PARA A INCLUSÃO DE PROJETOS, PROGRAMAS OU ATIVIDADES NO REGISTO DE BOAS PRÁTICAS DE SALVAGUARDA DO PCI

1 - Implicam uma salvaguarda, isto é, “medidas direcionadas para garantir a viabilidade do PCI, compreendendo a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão - basicamente através do ensino formal e não formal - e revitalização deste património nos seus diferentes aspetos” (artigo 2.3. da Convenção).

2 - Contribuem para os esforços de salvaguarda do PCI do âmbito regional, sub-regional e/ou internacional.

3 - Refletem os princípios e os objetivos da Convenção.



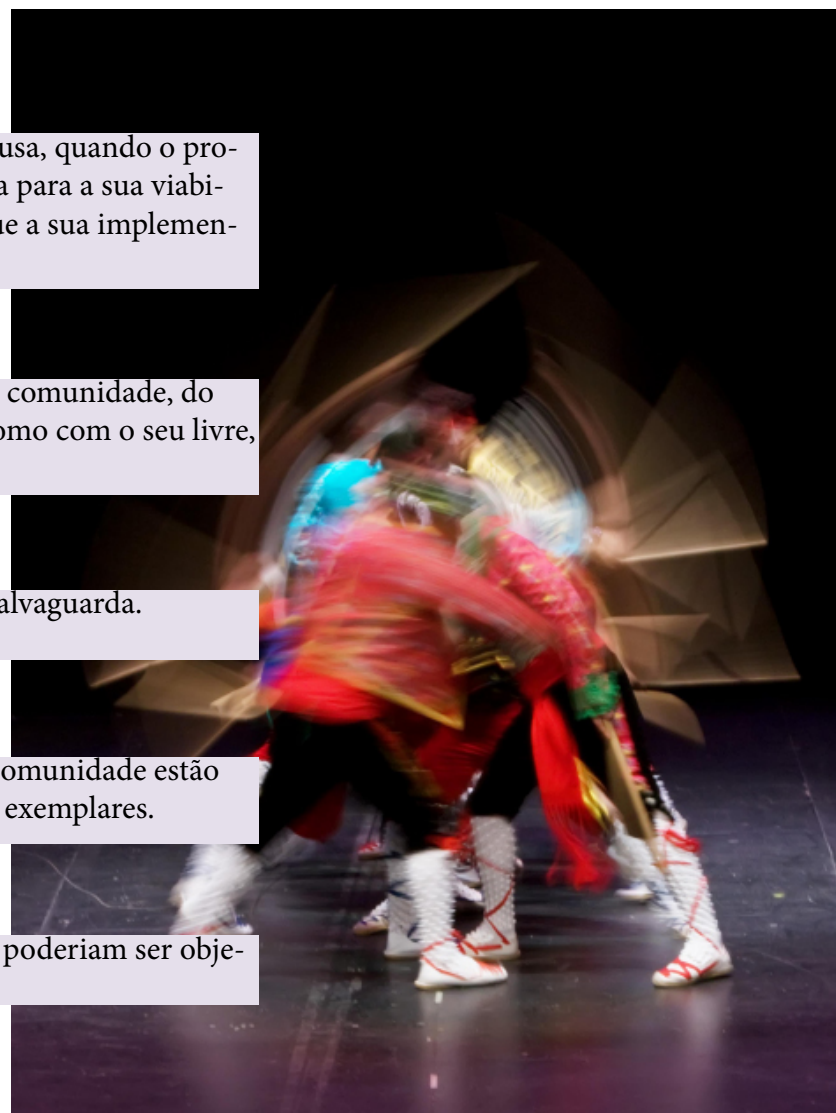
4 - Contribuem para a viabilidade do PCI em causa, quando o projeto já esteja completo; espera-se que contribua para a sua viabilidade, caso ainda não se tenha completado, ou que a sua implementação tenha sido prevista.

5 - Foram implementadas com a participação da comunidade, do grupo ou dos indivíduos interessados, assim como com o seu livre, prévio e informado consentimento.

6 - Podem servir de modelo para atividades de salvaguarda.

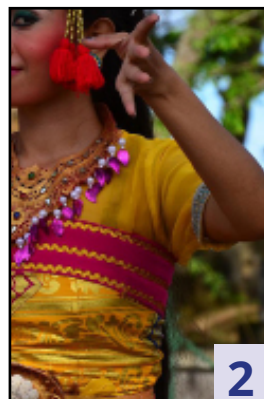
7 - Os organismos incumbidos da execução e a comunidade estão dispostos a cooperar na divulgação de práticas exemplares.

8 - Compreendem experiências cujos resultados poderiam ser objeto de avaliação.



Entende-se por “salvaguarda” as medidas direcionadas para garantir a viabilidade do património cultural imaterial, compreendendo a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão - basicamente através do ensino formal e não formal - e revitalização deste património nos seus diferentes aspetos.

Em complemento da Convenção de 2003 e das Diretivas operacionais, a Unesco define **12 PRINCÍPIOS ÉTICOS** para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial



1 - As comunidades têm de desempenhar um papel principal na salvaguarda do PCI.

2 - Os direitos das comunidades de manter as práticas, representações, conhecimentos e saberes para assegurarem a viabilidade do PCI têm de ser respeitados.

3 - O respeito mútuo deve prevalecer nas interações entre Estados e entre comunidades.

4 - Todas as interações com as comunidades associadas ao PCI devem caracterizar-se por uma colaboração transparente e encontram-se subordinadas ao seu livre, prévio, sustentável e informado consentimento.

5 - O acesso das comunidades aos instrumentos, objetos, artefactos, espaços culturais e naturais e lugares de memória cuja existência é necessária para a expressão do PCI tem de ser garantido.

6 - O PCI não deve ser objeto de juízos de valor exteriores. Cabe a cada comunidade determinar o valor do seu próprio património.

7 - As comunidades devem beneficiar da proteção dos interesses morais e materiais do PCI.

8 - A natureza dinâmica e viva do PCI tem de ser respeitada.

9 - As comunidades e as organizações locais e estatais devem avaliar o impacto de todas as ações que possam ser um problema na viabilidade do PCI.

10 - As comunidades devem desempenhar um papel essencial na determinação daquilo que constitui uma ameaça para o seu PCI.

11 - A diversidade cultural e a identidade das comunidades devem ser respeitadas.

12 - A salvaguarda do PCI apresenta um interesse geral para a humanidade. Consequentemente, deve enquadrar-se em mecanismos de cooperação multilaterais (regionais ou internacionais) sem, com isso, afastar as comunidades do seu próprio PCI.

O PCI NO PATRIMÓNIO LOCAL OU TERRITORIAL

O património local ou territorial está integrado de forma holística pelo **património natural, pelo património cultural e pelo património memorialista**. Forma um sistema, um todo construído socialmente, com importantes valores simbólicos e identitários (Cuenca, 2012).

Enquanto sistema, estes três tipos de património **interseccionam-se** e têm limites fluidos, e até difusos. Um exemplo disso é o património cultural imaterial que, embora esteja dentro do património cultural, se relaciona estreitamente com o património natural (conhecimentos tradicionais, por exemplo) ou com o património memorialista (comemorações festivas, para não ir mais longe). Os três apresentam **dimensão material (física) e dimensão imaterial indivisíveis**. Os três são **suporte ou expressão da memória partilhada**. Os três, por último, utilizam uma **pluralidade de linguagens multissensoriais** que são veículo de expressão da comunidade (social, mas também emocional).



Património natural

“Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos dessas formações que tenham um valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico, as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animal e vegetal ameaçadas, que tenham um valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico, os lugares naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham um valor universal excecional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural” (UNESCO, 1972).

Património cultural

“Seleção de bens e valores de uma cultura que fazem parte da propriedade simbólica ou real de determinados grupos que, além do mais, permitem processos de identidade individual e coletiva, e que contribuem para a caracterização de um contexto e/ou território” (Fontal, 2003).

Património memorialista

Os lugares de memória são “restos, a forma extrema sob a qual subsiste uma consciência de comemoração numa história que a solicita, porque a ignora” (Nora, 2009).



Património natural



Património cultural



Património memorialista

INTERSEÇÕES

A visão integrada do natural e do cultural, do material e do imaterial, propicia interseções entre estes três tipos de património.

As interseções entre património natural e património cultural têm gerado unidades de interpretação e análise interdisciplinar como as paisagens culturais, os sítios, os espaços culturais, os itinerários ou rotas... as que se produzem entre património natural e património memorialista, unidades tão interessantes como os lugares de memória... Por último, entre património cultural e património memorialista têm-se gerado unidades de interpretação e de análise interdisciplinar como os conjuntos históricos...

Património holístico

Poderia falar-se de ecopatrimónio, no sentido em que é “o suporte transmissível da história e da identidade na experiência coletiva”, isto é, um “património concebido, protegido e explorado por uma comunidade, que pode ser reconhecido por um poder legal, que contribui para o desenvolvimento presente da comunidade e da sua qualidade de vida, e cujo fim é preservar, comunicar e transmitir a cultura viva”. É “um instrumento de gestão sustentável dos recursos”, que tem um valor simbólico e de uso para as sociedades ou comunidades, cuja identificação é levada a cabo através de um processo simbólico de patrimonialização (Dormaels, 2012:12-15).



ELEMENTOS TRANSVERSAIS

MEMÓRIA



O PCI faz parte da memória coletiva ou partilha da vida, como uma realidade socialmente construída. Remete tanto para a biografia individual como para a experiência coletiva.

LINGUAGENS

O património utiliza uma pluralidade de linguagens: linguagem verbal, iconográfica, plástica, corporal, sonoro-musical, etc. Este complexo conjunto multimodal de linguagens verbais e não verbais gera significações partilhadas. Isto é, constitui um imaginário partilhado entre o indivíduo e o grupo ou comunidade, de expressão e funcionamento simbólicos ou semióticos.

No caso do PCI, a linguagem verbal é o veículo de expressão de muitos bens imateriais, e essencial na sua transmissão. Com ele interagem frequentemente as linguagens não verbais tradicionais (na música vocal, por exemplo), se bem que também haja manifestações do PCI não verbais (uma dança, o toque de sinos, etc.).



IMPRECISÃO CONCEPTUAL E TERMINOLÓGICA

As interseções e os elementos transversais produzem uma certa imprecisão conceptual e terminológica que dificulta a delimitação do que é o PCI no contexto do património local ou territorial. A imprecisão (e às vezes abuso) na sua utilização deriva da confusão entre o imaterial e o patrimonial imaterial.

O **imaterial** (seria melhor chamar-lhe «os intangíveis») está presente em qualquer ação humana (talento, conhecimento...), porque é a sua componente corporal-mental, mas nem sempre podemos considerá-lo patrimonial, uma vez que tem de possuir também um cariz coletivo ou social partilhado.

A **dimensão imaterial**, que está presente em todos os bens patrimoniais, abrange usos e significados partilhados dos bens naturais e culturais materiais (imóveis e móveis). É indivisível da parte material desses bens.

Falamos de **bens patrimoniais imateriais** para nos referirmos a bens de natureza difusa e formados “pela parte não física das tradições dos povos: expressões culturais como os idiomas, a música, as cerimónias, ritos, festas, formas de fazer, atitudes de socialização, tradições orais...” (Querol, 2010:248). Isto é, a componente central destes bens é imaterial no sentido em que reside nas pessoas, na sua mente corporizada e ao longo do seu corpo (Asiáin, 2013), e partilhada socialmente (memória e conhecimentos partilhados). Os bens patrimoniais imateriais também têm uma dimensão material indivisível.



DELIMITAÇÃO DO PCI

1. Património vivo e evolutivo: vitalidade
2. Património enraizado na comunidade e transmitido geracionalmente: continuidade histórica
3. Património identitário e partilhado: representatividade – identidade
4. Património relacionado com as formas de vida: funcionalidade
5. Património processual e contextualizado: ocasionalidade
6. Património de grande e variada riqueza sensorial e emocional: multimodalidade – multissensorialidade
7. Património que respeita os direitos: diversidade cultural – interculturalidade – sustentabilidade

(Asiáin, 2022)

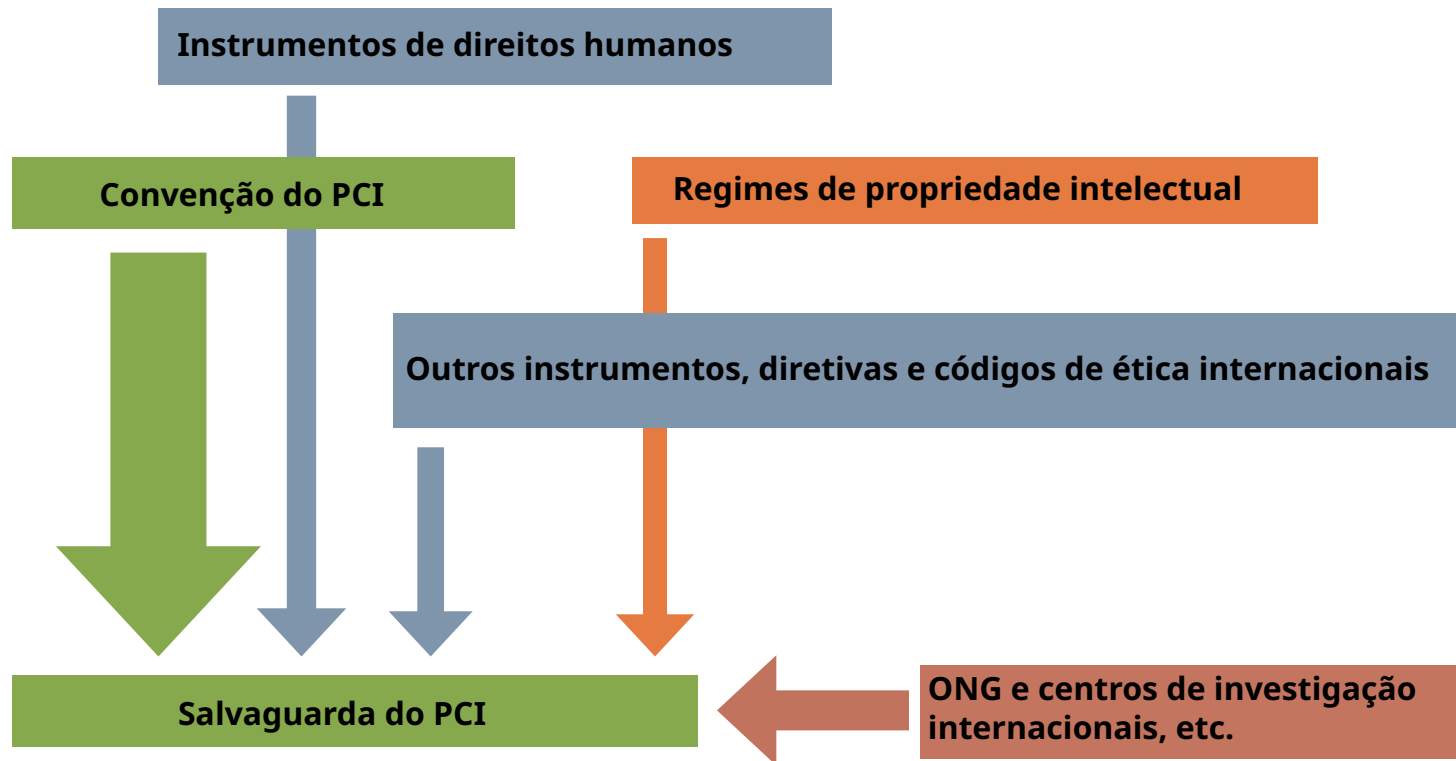


3. QUADRO NORMATIVO E LEGISLATIVO DO PCI NO ESPAÇO SUDOE



- **Quadro normativo e legislativo SUDOE**
- **França (1): quadro normativo e legislativo nacional**
- **França (2): quadro normativo e legislativo regional**
- **Portugal (1): quadro normativo e legislativo nacional**
- **Portugal (2): quadro normativo e legislativo regional**
- **Espanha (1): quadro normativo e legislativo nacional**
- **Espanha (2): quadro normativo e legislativo autonómico**
- **Principado de Andorra: quadro normativo e legislativo**

QUADRO INTERNACIONAL (UNESCO, 2021)



QUADRO INTERNACIONAL (1). A UNESCO E AS SUAS CONVENÇÕES

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) é uma organização intergovernamental integrada por 195 Estados-Membros. Contribui para a paz e para a segurança no mundo através da educação, da ciência e da cultura.

Das sete Convenções da UNESCO adotadas até agora, três delas são especialmente relevantes para o âmbito do Património Cultural Imaterial e estão claramente inter-relacionadas:

Convenção sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972).

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003).



Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).



COMPARAÇÃO DAS DEFINIÇÕES DAS TRÊS CONVENÇÕES INTER-RELACIONADAS (UNESCO, 2021)

PATRIMÓNIO MUNDIAL (1972)	PATRIMÓNIO IMATERIAL (2003)	DIVERSIDADE DAS EX-PRESSÕES CULTURAIS (2005)
1. Proteção e conservação dos sítios e bens do Património Mundial,	1. Salvaguarda de todas as expressões, técnicas, práticas e conhecimentos que têm relação com o Património Cultural Imaterial (PCI),	
2. cultural e/ou natural,	2. cultural e/ou social,	
3. de valor universal excecional,	3. cujo valor é definido pelas comunidades interessadas,	
4. cuja autenticidade e integridade contribuem para definir o seu valor, restringindo com frequência a sua evolução.	4. e que evolui com o passar do tempo.	
	5. Técnicas, práticas, expressões e conhecimentos.	5. Atividades, bens e serviços (produtos) culturais.
	6. O PCI é uma prática coletiva, transmitida “de geração em geração”.	6. Expressões culturais: costumam ser criações inovadoras e individuais.
	7. Foco na salvaguarda da prática e transmissão do PCI.	7. Foco nas indústrias culturais, e na divulgação e desenvolvimento de produtos culturais.

QUADRO INTERNACIONAL (2). A WIPO – OMPI E A PROPRIEDADE INTELECTUAL

A WIPO – OMPI é um organismo autofinanciado das Nações Unidas que conta com 193 Estados-Membros. É o fórum mundial onde se debate sobre serviços, políticas, cooperação e informação em matéria de propriedade Intelectual (P.I.).

O seu objetivo principal é desenvolver um sistema internacional de P.I. equilibrado e eficaz, que permita a inovação e a criatividade, respeitando os direitos de todas as partes envolvidas.

Na atualidade, a OMPI administra 26 tratados, incluindo o Convénio da OMPI. Podem classificar-se em **três categorias.** →

PROTEÇÃO DA P.I.



CLASSIFICAÇÃO



REGISTO



REGIMES DE PROPIEDAD INTELECTUAL E PCI

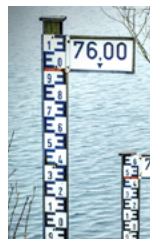
A Organização Mundial da propriedade Intelectual (WIPO-OMPI) também se interessou pela propriedade Intelectual aplicada ao campo do Património Cultural Imaterial. Estabeleceram-se **três níveis** dos conhecimentos tradicionais.

1º NÍVEL. Conhecimentos tradicionais como tais. Por sua vez, está dividido em três áreas:

conhecimentos tradicionais em sentido estrito (por ex.º conhecimentos de medicina tradicional);

recursos genéticos (por ex.º plantas com potencial genético e medicinal)

e expressões culturais tradicionais, especialmente verbais e musicais. Nestas últimas, consideram-se tanto as expressões ou ações intangíveis (por ex.º uma dança ou um jogo tradicional) como as expressões tangíveis (por ex.º a indumentária ou os instrumentos musicais tradicionais).



2º NÍVEL. Produções secundárias dos conhecimentos tradicionais. Fazem parte deste nível os inventários e as bases de dados digitalizados, gravações, etc.; as revistas etnográficas; e os conteúdos da Internet.



3º NÍVEL. Inovações ou criações baseadas em conhecimentos tradicionais. Toda uma série de produtos médicos, cosméticos, musicais, audiovisuais...



REGIMES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E PCI

DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E DE AUTOR NOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Parte-se da dificuldade de aplicar as figuras legais aos protagonistas e portadores destes conhecimentos. **Três sistemas de proteção:**

.....

1.º) Regulação específica para a preservação do conhecimento tradicional.

2.º) Regulação adaptando as modalidades da propriedade intelectual.

3.º) Regulação utilizando outros procedimentos de propriedade intelectual em sentido lato.

.....

DO QUADRO INTERNACIONAL AO QUADRO SUDOE

RATIFICAÇÕES DA CONVENÇÃO DE 2003

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada pela Conferência Geral da Organização na sua 32.ª reunião, em outubro de 2003, entrou em vigor a 20 de abril de 2006 em Espanha e em França.

Em Portugal, a Convenção foi aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008 de 24 de janeiro e ratificada por Decreto do Presidente da República n.º 28/2008, de 26 de março de 2008. O Principado de Andorra ratifica a Convenção a 8 de novembro de 2013.



DESENVOLVIMENTOS NORMATIVOS E LEGISLATIVOS APÓS A RATIFICAÇÃO

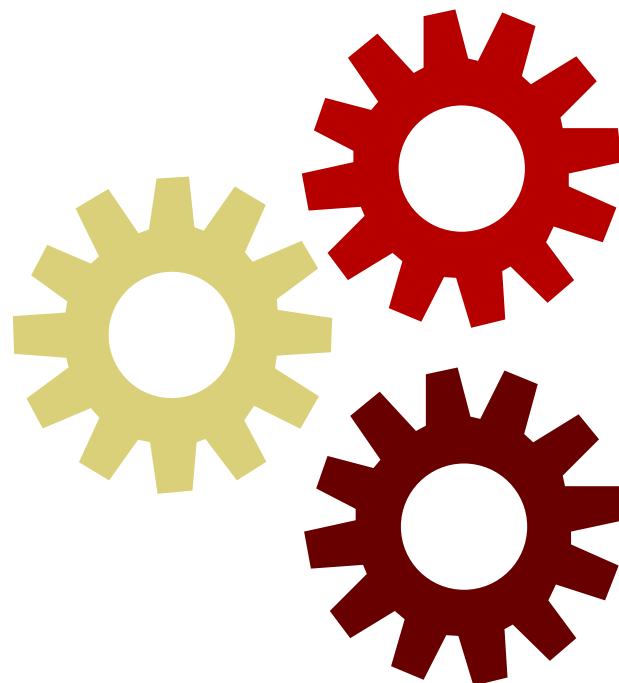
No espaço SUDOE desenvolveram-se leis e normativas de carácter europeu, nacional e regional / autónomico. Todo este complexo sistema normativo e legislativo respeita e desenvolve a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003.

Como explica a própria UNESCO (2021), são três níveis de concretização que devem funcionar articuladamente para conseguirem a salvaguarda do PCI.

QUADROS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS

NÍVEL NACIONAL

- Constituição ou Carta dos Direitos.
- Políticas em matéria de PCI.
- Legislação relativa ao PCI.
- Subvenções.
- Redes.
- Regime jurídico do direito de propriedade intelectual.
- Universidades, arquivos e museus.



NÍVEL LOCAL

- Decretos, regulamentações e subvenções dos municípios e províncias.
- Iniciativas das comunidades.

NÍVEL INTERNACIONAL

- Convenção para a Salvaguarda do PCI e outras convenções.
- Instrumentos universais de proteção dos direitos humanos.
- Diretivas da OMPI sobre o direito de propriedade intelectual.
- Acordos regionais.
- ONG internacionais e Centros de categoria 2.

QUADRO NORMATIVO E LEGISLATIVO EUROPEU

O Conselho Europeu tem um site dedicado ao âmbito do património cultural. Nele promove-se a diversidade e o diálogo através do acesso ao património, que se define como suporte da identidade e da memória coletiva, e fator de entendimento mútuo entre as populações.

Pode-se aceder a uma lista de normativas do Conselho Europeu: Padrões de Cultura e Património Cultural. De todo esse conjunto de leis e normas, vamos destacar as mais influentes no âmbito do PCI.



QUADRO NORMATIVO E LEGISLATIVO EUROPEU

1 **Convénio europeu da paisagem** (Florença, 2000). A STE n.º 176 tem como objetivo promover a proteção, gestão e planificação das paisagens, e organizar a cooperação internacional neste campo.

2 **Convenção de Faro sobre o valor do património cultural para a sociedade** (Faro, 2005). A Convenção de Faro defende uma visão mais vasta do património na sua relação com os direitos humanos e a democracia das comunidades e da sociedade. Insiste em que a importância do património cultural radica menos nos objetos e nos lugares do que nos significados e usos que as pessoas lhes atribuem e nos valores que representam. O Conselho da Europa impulsionou um Plano de Ação para pôr em prática os princípios desta convenção.



3 **Estratégia 21** (2017). É uma recomendação do conselho de ministros dos Estados-Membros. A Estratégia 21 tem três componentes principais. A primeira é a social, na qual se impulsiona a promoção da participação social e a boa governança com uma série de recomendações. A segunda componente é o desenvolvimento territorial e económico, que expressa outra série de recomendações que respeitam os princípios de desenvolvimento sustentável. Por último, a terceira componente inclui também recomendações sobre o enriquecimento do conhecimento e da educação, com a contribuição da investigação e da formação. Cada recomendação vai acompanhada de exemplos de boas práticas. A Estratégia 21 tem uma abordagem multidisciplinar e colaborativa. Contém um guia metodológico.

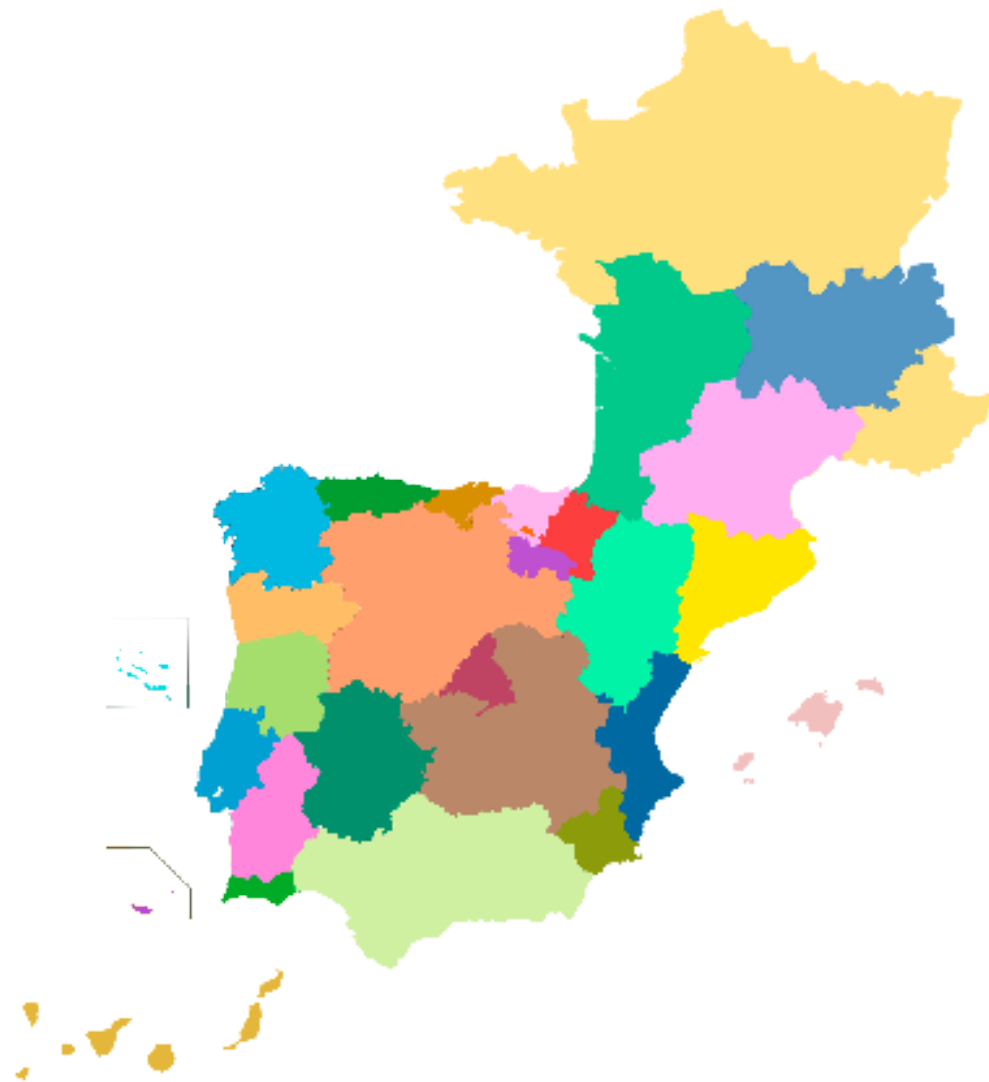
4 **Convenção do Conselho Europeu sobre os delitos relacionados com os bens culturais** (Nicosia, 2017). O Convénio tem como objetivo prevenir e combater o tráfico ilícito e a destruição de bens culturais, provocados pelo terrorismo e pelo crime organizado.



QUADRO NORMATIVO E LEGISLATIVO NO ESPAÇO SUDOE

Este guia dirige-se ao espaço do programa Interreg Sudoe. Atualmente a sua geografia inclui as seguintes regiões do sudoeste da Europa.

- Espanha: todas as comunidades autónomas e cidades autónomas, à exceção das Ilhas Canárias.
- França: as regiões da Nova Aquitânia e Occitânia, e a região de Auvergne-Rhône-Alpes, a antiga região de Auvergne.
- O Principado de Andorra participa como terceiro país.
- Portugal continental.



FRANÇA (1): QUADRO NORMATIVO E LEGISLATIVO NACIONAL

O Ministério da Cultura, em colaboração com os serviços e organismos competentes, desenvolveu vários mecanismos para a gestão e valorização do PCI, em particular através da criação do **inventário francês do PCI**.

Foi em 2016 que a noção de património cultural imaterial foi integrada no corpo legislativo francês, mais especificamente no artigo L.1. da **lei relativa à liberdade de criação, arquitetura e património (LCAP)**.

O Ministério da Cultura coordena a implementação da Convenção de 2003 através do Departamento de Investigação, Promoção e PCI dentro da Delegação de Inspeção, Investigação e Inovação (DIRI) da Direção-Geral de Património e Arquitetura. As ações desenvolvidas em torno do PCI integram-se em todos os mecanismos dedicados à etnologia de França: programas de investigação, apoio à investigação e formação, apoio à criação audiovisual e ajudas à publicação.

O Ministério desenvolve as suas ações em termos de PCI em associação com o Centro Francês para o Património Cultural Imaterial (Maison des Cultures du Monde). Para além disso, o Ministério trabalha em colaboração com o CNRS e com várias unidades de investigação especializadas nos campos da etnologia e do património.

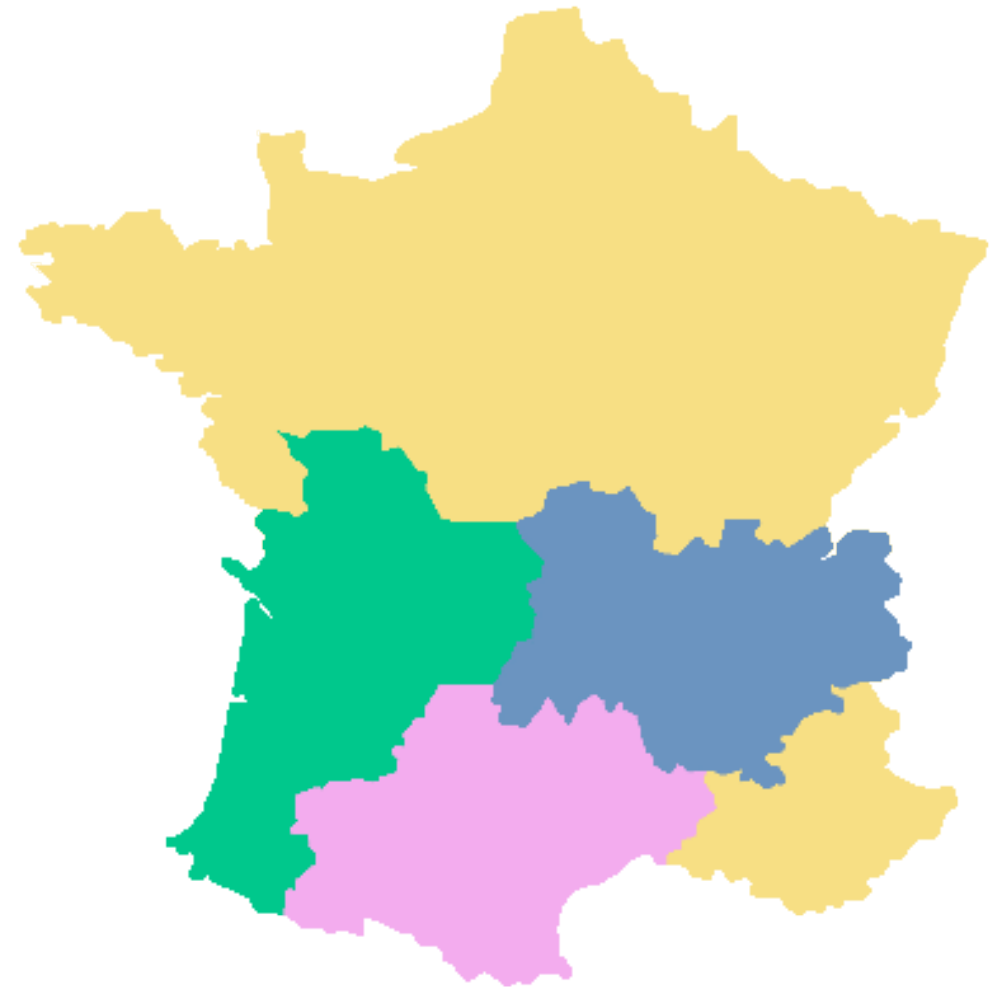


FRANÇA (2): QUADRO NORMATIVO E LEGISLATIVO REGIONAL

À nível regional, as Direções Regionais de Assuntos Culturais (DRAC) são as correspondentes ao Ministério da Cultura em matéria de PCI. Os Ethnopôles, polos nacionais de investigação e documentação etnológica homologados pelo Ministério e em linha com as autoridades locais, também contribuem para a salvaguarda e valorização do PCI nos territórios: realização de inventários do PCI, engenharia e apoio a comunidades e associações, mediações, etc.

Por outro lado, a **lei sobre a nova organização territorial da República de 2015 (lei NOTRe)** encomenda às Regiões a faculdade de “velar pela preservação da [sua] identidade e pela promoção das línguas regionais no respeito pela integridade, autonomia e atribuições dos Departamentos e Comunas”. Várias comunidades francesas: regionais, departamentais ou intermunicipais, assumiram agora a noção de PCI e estão a desenvolver inúmeras ações para a valorização cultural.

As regiões Francesas que integram o espaço SUDOE são a Nova Aquitânia, a Occitânia e a antiga região de Auvergne na região de Auvergne-Rhône-Alpes.



PORTUGAL (1): QUADRO JURÍDICO E ADMINISTRATIVO NACIONAL

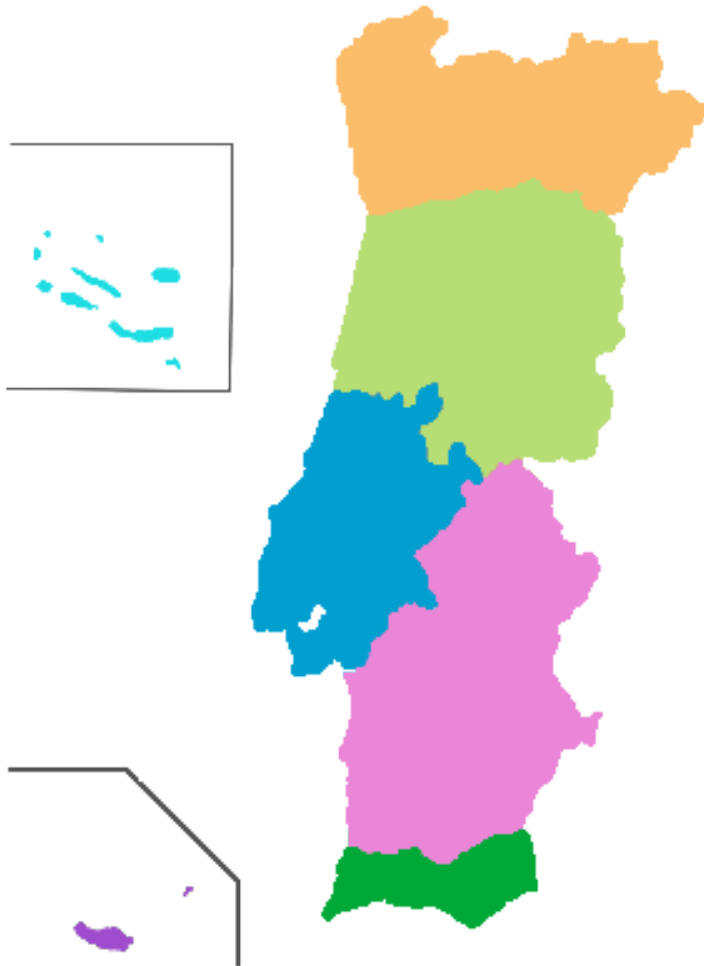
A lei de referência nacional é o **Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho**, pelo qual estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

Inclui as medidas de salvaguarda, o procedimento para inventariá-lo e a criação da Comissão de Património Cultural Imaterial.

Existe um inventário nacional, **MatrizPCI**, que é gerido pela Comissão para o Património Cultural Imaterial, um órgão dotado de autonomia administrativa, técnica e científica, que atua com independência e tem funções deliberativas e consultivas no âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial.

Até ao momento foram inventariados totalmente sete (7) manifestações de PCI; outras oitenta e oito (88) manifestações encontram-se em processo de análise e aprovação.





PORTUGAL (2): QUADRO NORMATIVO E LEGISLATIVO REGIONAL

O Decreto-Lei mencionado reconhece a importância do PCI e estabelece um sistema de inventário através de uma base de dados de acesso público que permite a participação de comunidades, grupos e indivíduos na defesa e valorização do património cultural imaterial; outorga ao Instituto dos Museus e da Conservação a coordenação do inventário, e às direções regionais o apoio aos interessados no processo de inventariado; para além disso, enquadra a participação das autoridades locais na promoção e apoio de eventos de conhecimento, salvaguarda e avaliação de PCI.

As regiões portuguesas que integram o espaço SUDOE são todas as continentais. Estão excluídas as regiões insulares dos Açores e da Madeira.

ESPAÑA (1): QUADRO NORMATIVO E LEGISLATIVO NACIONAL

A lei de referência sobre património é a vetusta **Lei 16/1985, de 25 de junho, do Património Histórico Espanhol**. Com base nela, desenvolveram-se as diversas normativas e leis autonómicas, uma vez aprovadas as transferências das competências em cultura e património. O Parlamento está a criar uma nova lei.

Na sequência do Plano Nacional de Salvaguarda do PCI (IPCE, 2011), houve a necessidade de promulgar uma nova lei. Embora se baseie fundamentalmente neste Plano Nacional, a **Lei 10/2015, de 26 de maio, para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial**: pondera algumas modificações no seu Artigo 2, integra uns princípios gerais das atuações de salvaguarda no seu Artigo 3 totalmente equiparáveis com os Princípios éticos da UNESCO e, principalmente, estabelece três competências no seu Artigo 11.

A primeira é a proposta, elaboração, acompanhamento e revisão do Plano Nacional de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. A segunda, a gestão do Inventário Geral de Património Cultural Imaterial, que se explana no artigo 14. E a terceira e última é a salvaguarda do património cultural imaterial através da Declaração de Manifestação Representativa do Património Cultural Imaterial, que se explana no artigo 12. Recentemente foi aprovada uma modificação para incluir o conceito de manifestação complexa do PCI.



ESPAÑA (2): QUADRO NORMATIVO E LEGISLATIVO AUTONÓMICO

Apesar das leis nacionais anteriores, as competências de cultura e património residem em cada uma das autonomias. Estas foram desenvolvendo o seu próprio quadro normativo e legislativo.

As autonomias espanholas que integram o espaço SUDOE são todas exceto as Ilhas Canárias.

MAPA INTERATIVO



PRINCIPADO DE ANDORRA: QUADRO NORMATIVO E LEGISLATIVO

O Principado de Andorra faz parte do espaço SUDOE, embora sempre em parceria como terceiro país.

As leis sobre património cultural são principalmente duas. A mais antiga e geral é a **Lei 9/2003, de 12 de junho, do património cultural de Andorra**.

Após a ratificação da Convenção do PCI a 8 de novembro de 2013, foi modificada a lei anterior: Lei 15/2014, de 24 de julho, modificação da **Lei 9/2003, de 12 de junho, do património cultural de Andorra**.



4. VALORIZAÇÃO DO PCI E SUSTENTABILIDADE


- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030
- Conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS)
- Processo de patrimonialização do PCI e valorização
- UNESCO: salvaguarda e sustentabilidade do PCI
- Estratégia 21 do Conselho Europeu: recomendações



AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 é um Plano de ação que aborda as três dimensões do desenvolvimento sustentável – a social, a económica e a ambiental – através de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) considerados esferas de ação interdependentes. Já na definição de PCI da Convenção de 2003 se faz uma referência expressa a que qualquer prática deve ser compatível com os direitos humanos, com o respeito e com o desenvolvimento sustentável das comunidades:

- ODS 1:** Fim da pobreza
- ODS 2:** Fome zero
- ODS 3:** Saúde e bem-estar
- ODS 4:** Educação de qualidade
- ODS 5:** Igualdade de género
- ODS 6:** Água limpa e saneamento
- ODS 7:** Energia acessível e não poluente
- ODS 8:** Trabalho decente e crescimento económico
- ODS 9:** Indústria, inovação e infraestrutura
- ODS 10:** Redução das desigualdades
- ODS 11:** Cidades e comunidades sustentáveis
- ODS 12:** Produção e consumo responsável
- ODS 13:** Ação pelo clima
- ODS 14:** Vida submarina
- ODS 15:** Vida de ecossistemas terrestres
- ODS 16:** Paz, justiça e instituições sólidas
- ODS 17:** Alianças para alcançar os Objetivos



OBJETIVOS
DE DESARROLLO
SOSTENIBLE



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“**D**esenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas próprias necessidades. (Comissão Brundtland, 1987).”

O objetivo último do DS é atingir um equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade económica e a sustentabilidade social, para garantir a transmissão intergeracional a longo prazo.

Implica atuar, com um equilíbrio difícil de conseguir, em busca de um futuro melhor.

CONJUGA QUATRO FATORES.

EQUIDADE

Pode-se dizer que a sustentabilidade da sociedade depende da disponibilidade de sistemas de saúde adequados, da paz e do respeito dos direitos humanos, do trabalho decente, da igualdade de género, da educação de qualidade e do estado de direito.

VIABILIDADE

A sustentabilidade da economia depende da adoção de uma produção, distribuição e consumo apropriados.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade do meio ambiente é impulsionada por uma planificação física e um uso da terra adequados, assim como pela conservação da ecologia ou da biodiversidade.

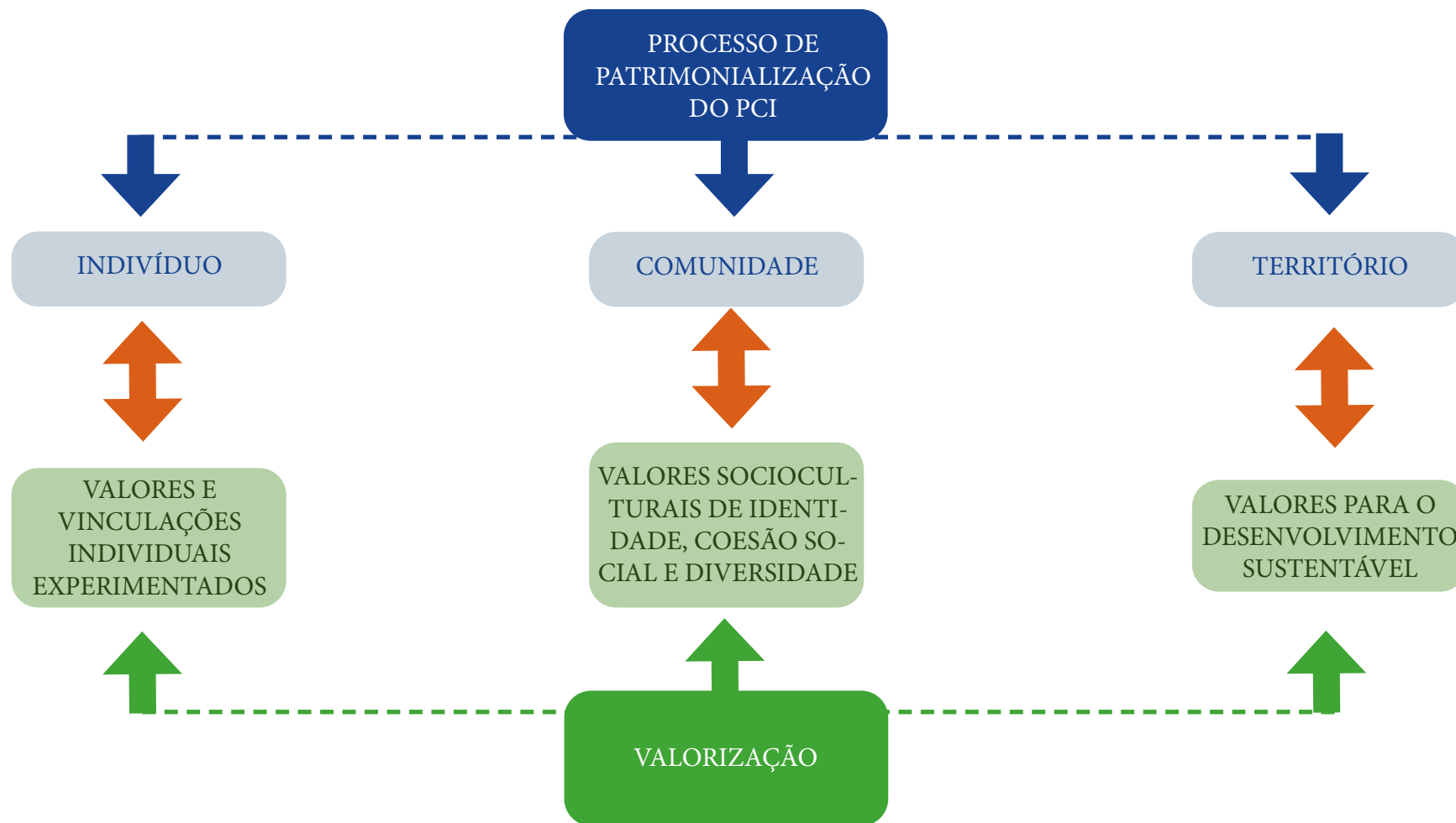
INTERGERACIONALIDADE

É a perspetiva a longo prazo, pensando nas gerações vindouras, não apenas nas de substituição, com o objetivo de garantir o seu bem-estar.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO PCI E VALORIZAÇÃO





PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO PCI E VALORIZAÇÃO

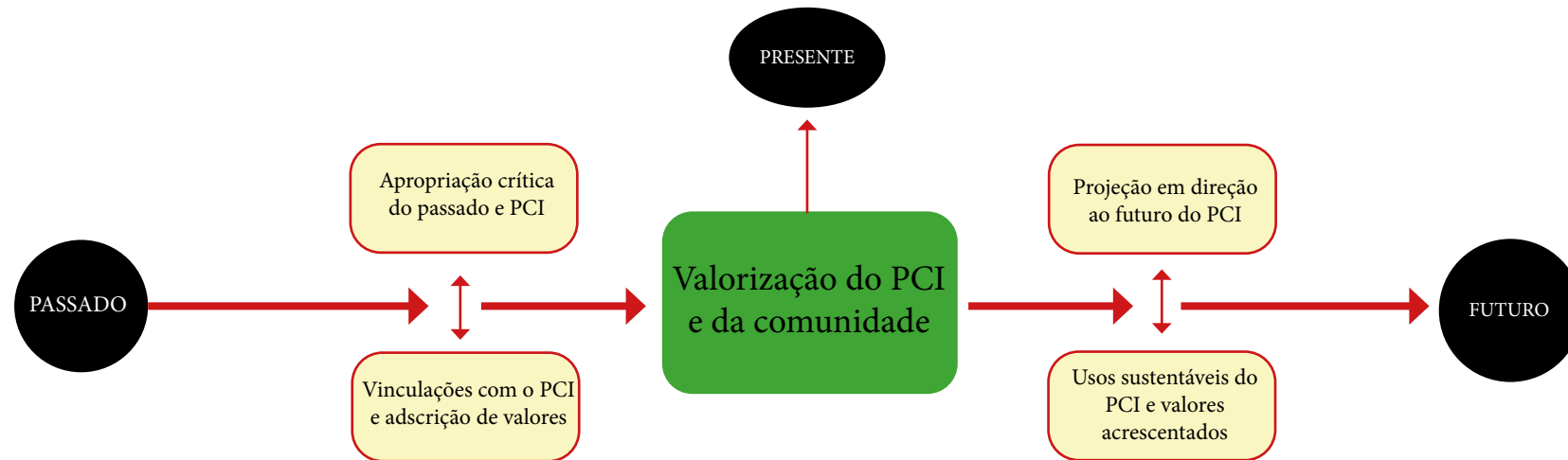
O processo de patrimonialização tem três dimensões: **mental** (indivíduo), **social** (comunidade) e **político-administrativo** (território).

Os indivíduos e os grupos ou comunidades **partilham** usos, conhecimentos, expressões, significados, práticas... Fazendo-o em ambas as direções do trajeto antropológico: do indivíduo em direção à comunidade, com processos criativos e inovadores; ou da comunidade em direção ao indivíduo no processo de enculturação ou transmissão de geração em geração. Ambas as direções constituem a mente corporizada dos indivíduos.

As comunidades e os territórios **selecionam, destacam e protegem** aqueles elementos do passado que

estimam valiosos tanto no presente como para as gerações futuras. Podem ser processos autogeridos pelas próprias comunidades, mas habitualmente as instituições participam com normativas, leis e declarações.

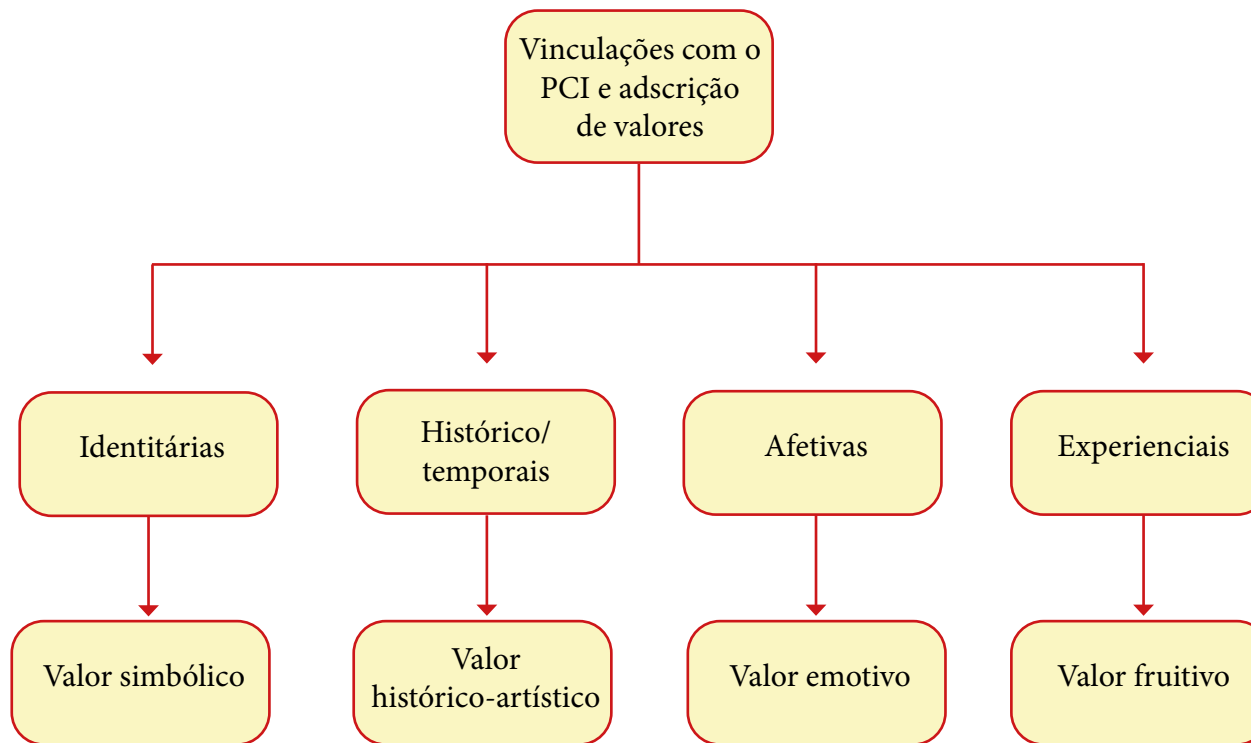
Portanto, se definirmos a **valorização** como a adscrição de valores ao património, isso implica, em primeiro lugar, uma série de **valores e vinculações individuais** experimentados pelas pessoas; em segundo lugar, **valores socioculturais** que a comunidade desenvolve em torno da identidade, da coesão social e do tratamento da diversidade; e, por último, uma série de **valores de desenvolvimento sustentável** que os territórios potenciam.



O património cultural imaterial (e o património cultural em geral) é uma construção do presente (uma seleção) que estabelece uma ponte entre o passado e o futuro das comunidades, dos indivíduos e dos territórios. Como está vivo e é evolutivo, caracteriza-se pela constante negociação entre a continuidade e a mudança.

Olhando para o passado, implica a **apropriação crítica** de um legado ao qual são adscritos valores e do qual se rejeitam os antivalores, gerando **vinculações**.

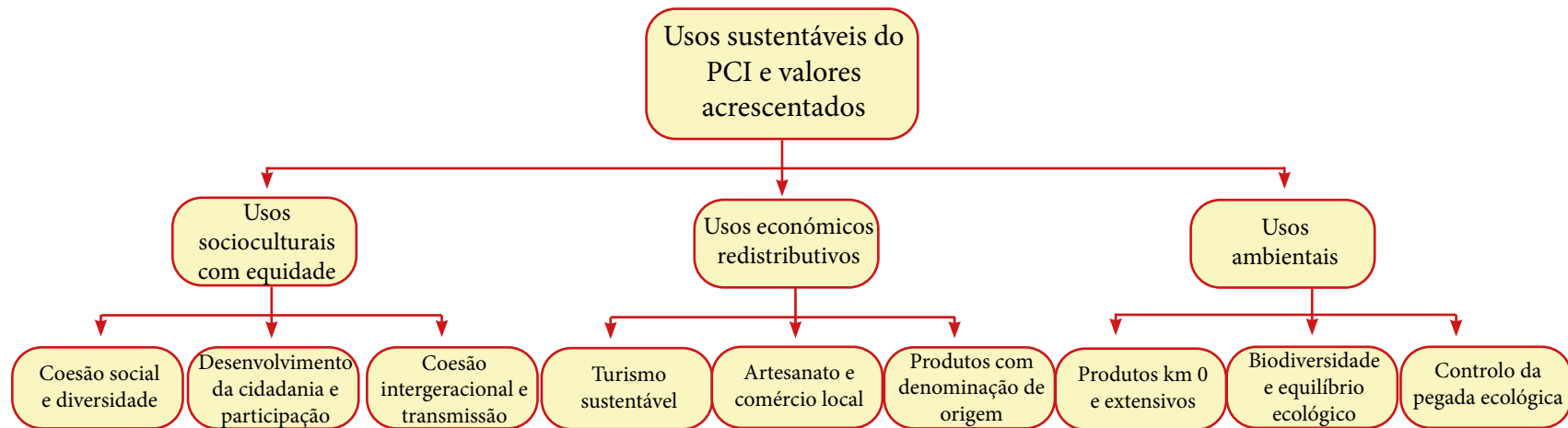
Como projeção no futuro, a valorização do PCI proporciona **valores acrescentados sustentáveis**.



As vinculações das pessoas com o património são estabelecidas em quatro esferas (Fontal e Marín, 2018): **identitária, histórico-temporal, afetiva e experiencial**.

Em cada uma dessas esferas, o indivíduo deteta e adscribe **valores simbólicos, histórico-estético-artísticos, emotivos e frutivos** relacionados com o PCI.

Os portadores do PCI também valorizam a sua **funcionalidade ou uso**, assim como o **valor material e económico** das suas produções, produtos e elementos.



Quanto aos usos sustentáveis do PCI e aos seus valores acrescentados, consideraram-se **TRÊS GRUPOS** diferentes:

Os usos socioculturais caracterizados pela equidade social favorecem a **coesão social e a gestão da diversidade**. Potenciam o **desenvolvimento da cidadania** e os **processos participativos**.

Os usos económicos redistributivos estão relacionados com a “economia verde” (novas economias, economia circular...). Exploram formas de **turismo sustentável**, desenvolvem o **artesanato e o comércio local**, e protegem e distribuem **produtos com denominação de origem**.

Os usos ambientais, por último, apostam nos **produtos de proximidade e nas explorações pecuárias extensivas**, preservando a **biodiversidade e o equilíbrio ecológico** com o controlo da pegada ecológica.

UNESCO: SALVAGUARDA E SUSTENTABILIDADE DO PCI





Já na definição com que introduz a Convenção de 2003 insiste-se em que o **Património Cultural Imaterial tem de ser compatível com os imperativos do desenvolvimento sustentável.**

O PCI pode contribuir para o desenvolvimento social e económico sustentável das comunidades, mas o desenvolvimento sustentável, por seu lado, pode ajudar a que se garanta a viabilidade do PCI reduzindo os riscos.

A valorização, portanto, é uma das ações imprescindíveis para a salvaguarda do PCI, porque **potencia QUATRO EFEITOS** muito importantes e relacionados com a sustentabilidade: importantes y relacionados con la sostenibilidad:

- O bem-estar sociocultural.
- As boas relações entre as diferentes comunidades e dentro de cada uma delas.
- A prosperidade económica.
- A qualidade do meio ambiente.

VALORIZAÇÃO DO PCI E SUSTENTABILIDADE

BEM-ESTAR
SOCIOCULTURAL

RELAÇÕES
COMUNITÁRIAS

PROSPERIDADE
ECONÓMICA

QUALIDADE DO
MEIO AMBIENTE



BEM-ESTAR SOCIOCULTURAL (UNESCO, 2021)

O património cultural imaterial é muito importante para alcançar a segurança alimentar, com dietas variadas e saudáveis.

A medicina tradicional, as atividades físicas, os jogos e desportos tradicionais contribuem para o bem-estar e para a qualidade de saúde dos membros da comunidade de todas as idades.

As práticas tradicionais relativas à gestão do abastecimento de água podem contribuir para o acesso equitativo à água potável e ao uso sustentável da água, particularmente na agricultura e noutros meios de subsistência.

A paz e a segurança são também valores que se transmitem em muitas manifestações tradicionais.



RELAÇÕES COMUNITÁRIAS (UNESCO, 2021)

O património cultural imaterial fornece exemplos vivos de método e de educação pelos valores que os jovens aprendem.

O património cultural imaterial pode contribuir para reforçar a coesão social e a inclusão, através de ritos, festas e celebrações diversas que contribuem para o estabelecimento de relações sociais harmónicas, tanto nas zonas rurais e urbanas como entre elas.

O património vivo é decisivo na criação e na transmissão das identidades e nos papéis atribuídos a cada género, pelo qual é fundamental para se chegar à igualdade de género.

O património cultural imaterial pode ajudar a prevenir e a resolver litígios sociais, promovendo uma cultura de paz ou até restabelecendo a mesma.



QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE (UNESCO, 2021)

O património cultural imaterial pode ajudar a proteger a biodiversidade. Os sistemas agrícolas tradicionais proporcionam a muitas sociedades do mundo uma dieta variada para uma nutrição adequada, ao mesmo tempo que preservam os ecossistemas e mantêm a biodiversidade genética.

O património cultural imaterial pode contribuir para a sustentabilidade ambiental, por exemplo, com as práticas tradicionais relativas à gestão do abastecimento de água podem contribuir para o uso sustentável da água, particularmente na agricultura e noutros meios de subsistência.

As práticas e o conhecimento autóctones relativos à natureza podem contribuir para a investigação sobre a sustentabilidade ambiental, por exemplo, na altura de minimizar o consumo de energia e de adotar respostas resilientes, reguladas e pacíficas perante as cambiantes condições climáticas ou o acesso a espaços e recursos naturais partilhados.



PROSPERIDADE ECONÓMICA (UNESCO, 2021)

O património cultural imaterial é muitas vezes essencial nos meios de subsistência de grupos e comunidades aos quais proporciona um trabalho decente e uma fonte de receita.

O património cultural imaterial pode gerar receitas e dar emprego a uma vasta gama de pessoas, incluindo os pobres e vulneráveis, para os quais o artesanato e o turismo podem ser vitais.

As comunidades têm direito a beneficiar das atividades turísticas relacionadas com o seu património cultural imaterial.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E PCI: POSSIBILIDADES, RISCOS E ATENUAÇÃO DE RISCOS (UNESCO)

POSSIBILIDADES ECONÓMICAS

Benefícios materiais derivados da utilização e da prática dos elementos do PCI e dos seus conhecimentos:

- Integração de práticas e produtos curativos tradicionais nos sistemas de saúde, por si sós ou combinando-os com os das ciências biológicas.
- Gestão do meio ambiente baseada nos conhecimentos tradicionais sobre a natureza que gere benefícios para a comunidade.

Geração de receitas graças às representações do PCI, às atividades direcionadas para a sua transmissão e para a comercialização de produtos relacionados em feiras, festivais ou concursos. A utilização de conhecimentos tradicionais com fins inovadores.

O turismo cultural sustentável.

Apoio económico direto das administrações aos portadores do PCI:

- Pagamento de produtos e serviços técnicos.
- Pagamento de representações.
- Representações remuneradas de elementos do PCI.

Apoio económico indireto das administrações:

- Apoiar os executantes com campanhas de sensibilização ou de promoção.
- Ajudar na comercialização do artesanato.
- Denominações de origem e proteção da propriedade intelectual.
- Facilitar o mecenato empresarial.



RISCOS DA EXPLORAÇÃO ECONÓMICA

A fossilização dos elementos do PCI, isto é, o bloqueio da sua evolução (Artigo 2.1 da Convenção e DO 116)

A exploração abusiva de recursos naturais (Artigo 2.1 da Convenção e DO 116).

A perda de função e significado dos elementos do PCI (DO 117)

A descontextualização dos elementos do PCI (DO 102.a)

O dano da imagem dos praticantes de elementos do PCI (DO 102.b).

O uso indevido dos elementos do PCI (DO 117).

A falta de equidade na distribuição das receitas geradas pelos elementos do PCI (DO 116)

ATENUAÇÃO DOS RISCOS

A participação e o consentimento das comunidades (Artigo 15 da Convenção).

O fortalecimento de capacidades (DO 82).

A criação de mecanismos de consulta (DO 80).

A valorização, avaliação e acompanhamento dos riscos (DO 105.c e 109).

O estabelecimento de quadros jurídicos apropriados para proteger os direitos das comunidades (ODE 104).





Estratégia 21 do Conselho Europeu (European Heritage Strategy for the 21st Century)

Na Declaração de Namur (2015), Convenção Cultural Europeia adotada pelos ministros da União Europeia, promoveu-se uma abordagem partilhada e coordenada da gestão do património cultural. Como consequência, em Limassol (Chipre, 2017), implementou-se esta “Estratégia europeia do património cultural para o século XXI”. É um convite aos responsáveis políticos, às partes interessadas e aos cidadãos para fazer face aos desafios atuais, através de uma série de recomendações.

Página web

<https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/strategy-21>

Fichas informativas da Estratégia 21

<https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/strategy-21-factsheets>

Guia metodológico

<https://rm.coe.int/european-heritage-strategy-for-the-21st-century-strategy-21-full-text/16808ae270>

Boas práticas

<https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/strategy-21-good-practices>

A promoção da participação social e da governança (S)

A “componente social” (S) centra-se na relação entre o património e as sociedades, na cidadania, na transmissão e no intercâmbio de valores democráticos através da governança participativa e da boa governança, através da gestão participativa.

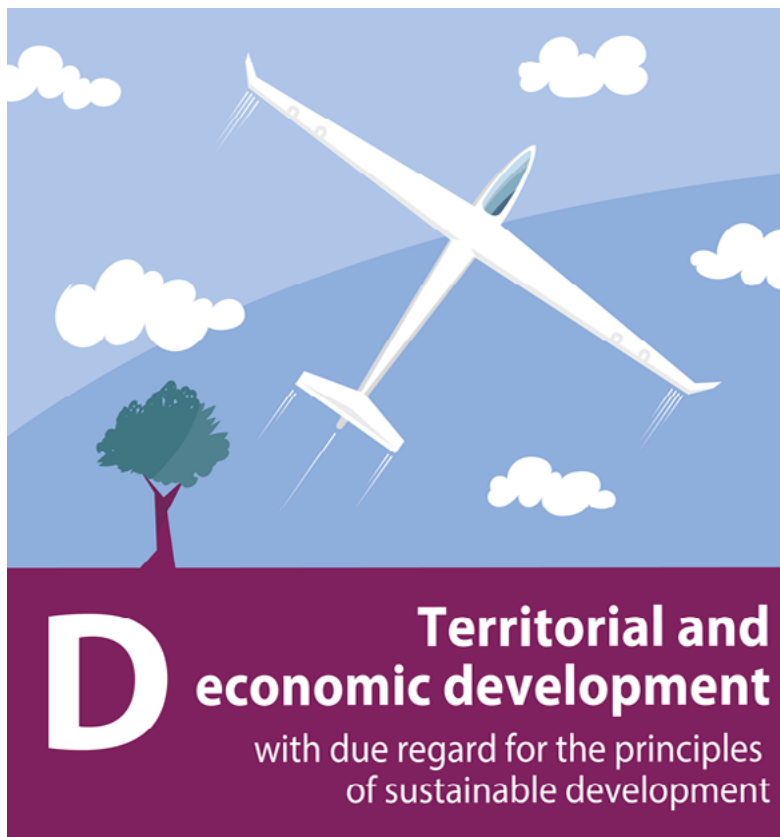


Recomendações

- S1** Fomentar a participação dos cidadãos e das autoridades locais na capitalização do seu património quotidiano
- S2** Fazer com que o património seja mais acessível
- S3** Utilizar o património para afirmar e transmitir os valores fundamentais da Europa e da sociedade europeia
- S4** Promover o património como lugar de encontro e veículo para o diálogo intercultural, a paz e a tolerância
- S5** Fomentar e avaliar práticas e procedimentos de participação cidadã
- S6** Criar um quadro adequado para permitir que as autoridades locais e as comunidades tomem medidas em benefício do seu património e da sua gestão
- S7** Desenvolver e promover programas participativos de identificação do património
- S8** Fomentar as iniciativas de reabilitação do património por parte das comunidades e autoridades locais
- S9** Apoiar projetos intergeracionais e interculturais para promover o património
- S10** Facilitar e fomentar associações (públicas e privadas) em projetos de promoção e conservação do património cultural

Desenvolvimento territorial e económico (D)

Centra-se na relação entre o património cultural e o desenvolvimento espacial, na economia e na governança local e regional com o devido respeito pelos princípios do desenvolvimento sustentável.



Recomendações

- D1** Promover o património cultural como recurso e facilitar o investimento financeiro
- D2** Apoiar e promover o setor do património como meio de criação de postos de trabalho e oportunidades de negócio
- D3** Promover habilidades e profissionais do património
- D4** Produzir estudos de impacto patrimonial para projetos de reabilitação, construção, planificação e infraestrutura
- D5** Fomentar a reutilização do património e o uso dos conhecimentos e práticas tradicionais
- D6** Garantir que o património é tido em conta nas políticas de desenvolvimento, ordenamento do território, meio ambiente e energia
- D7** Considerar o património nas políticas de desenvolvimento do turismo sustentável
- D8** Proteger, restaurar e valorizar o património, fazendo um maior uso das novas tecnologias
- D9** Utilizar técnicas inovadoras para apresentar o património cultural ao público, preservando ao mesmo tempo a sua integridade
- D10** Utilizar o património cultural como meio para dar à região um carácter distintivo e torná-la mais atrativa e conhecida
- D11** Desenvolver novos modelos de gestão para garantir que o património usufrui dos benefícios económicos que gera

Conhecimento e educação (K)

A componente de “conhecimento e educação” assenta na relação entre o património e o conhecimento partilhado, e abrange a sensibilização, a formação e a investigação.



Recomendações

- K1** Integrar a educação patrimonial de forma mais efetiva nos currículos escolares
- K2** Implementar medidas para incentivar os jovens a valorizar o património
- K3** Fomentar a criatividade para captar a atenção da audiência do património
- K4** Proporcionar um treino ideal para praticantes não profissionais e para profissionais de outros setores ligados ao património
- K5** Diversificar os sistemas de formação para os profissionais do património
- K6** Desenvolver bases de dados de conhecimentos sobre materiais, técnicas e conhecimentos locais e tradicionais
- K7** Garantir que os conhecimentos e as habilidades que implicados nos ofícios patrimoniais são transmitidos
- K8** Garantir as competências dos profissionais que trabalham no património catalogado
- K9** Desenvolver programas de estudo e de investigação que reflitam as necessidades do setor do património e partilhar as descobertas científicas
- K10** Fomentar e apoiar o desenvolvimento de redes
- K11** Explorar o património como fonte de conhecimento, inspiração e criatividade

5. O PROJETO LIVHES DE VALORIZAÇÃO DO PCI



EL MUSEU DE LA PESCA I L'ESPAI DEL PEIX
 Carrer Major, 58, 17130 Palamós
 Baix Empordà - Girona (Catalunya)

ÁMBITOS

- Estudios científicos e investigación aplicada
- Espacios verdes, urbanos o activos urbanos
- Innovación tecnológica y creación de nuevos servicios con las comunidades y el territorio
- Técnicas artesanales tradicionales

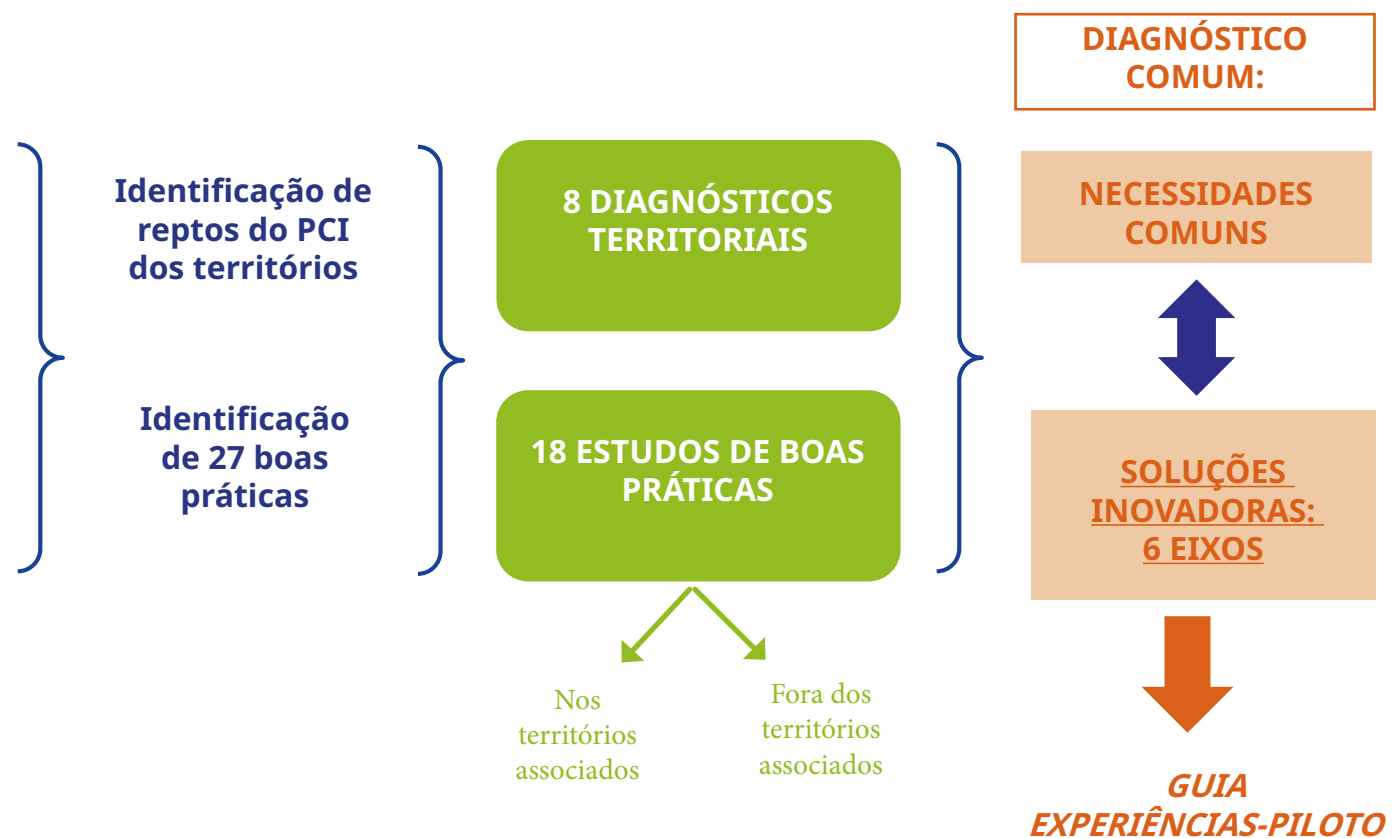
VALORACIÓN
 Innovación e implicación

INDICADORES DE CALIDAD

Enlaces Oficiales
 Página web: [Museu de la pesca i l'espai del peix](http://www.museu-de-la-pesca.es)
 Para saber más: <http://www.interreg-sudoe.es>



O PROJETO LIVHES DE VALORIZAÇÃO: PROCESSO PARA O DIAGNÓSTICO COMUM DE NECESSIDADES E SOLUÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO DO PCI



8 GRUPOS DE TRABALHO TERRITORIAIS

O projeto LIVHES baseia-se numa metodologia participativa. Dentro dos territórios associados, as entidades associadas constituíram 8 grupos de trabalho territoriais (GTT) com a finalidade de os integrar na reflexão sobre as problemáticas e as respostas que se podem dar para promover a transmissão e a valorização do PCI como vetor de desenvolvimento local sustentável.

Os GTT reúnem os “agentes-chave” do PCI identificados pelos sócios nos seus territórios: agentes estruturantes da prática e das representações a ela associadas; profissionais com habilidades (saber-fazer e juízos) reconhecidas pela comunidade, formadores, organizadores, decisores públicos, etc. Trata-se de todo o tipo de agentes, tanto portadores de práticas, como voluntários, profissionais, associações ou instituições.

Os GTT são representativos da diversidade de práticas dentro dos territórios e dos âmbitos de inovação para a valorização do PCI (perspetivas digitais para o PCI, turismo experiencial, setor agroalimentar, artesanato e ofícios, práticas festivas, educação e sensibilização, transmissão, expressões linguísticas).

Para a constituição dos GTT, as entidades associadas procuraram ter em conta a diversidade de pontos de vista dentro das diferentes comunidades de prática; a variedade de abordagens e práticas dentro de uma mesma comunidade; e uma abordagem intergeracional (a inclusão dos jovens como agentes-chave na transmissão).



8 GRUPOS DE TRABALHO TERRITORIAIS

Para conciliar representatividade e eficiência, os sócios organizaram os GTT num ou mais níveis segundo o território. Os GTT que abrangem um número elevado de participantes (por exemplo, mais de 12-15 participantes) foram divididos em três níveis:

Um nível que agrupa as instituições públicas que trabalham para o PCI, como o Estado, as autoridades locais, as instituições económicas, as universidades ou as instituições patrimoniais...



Um nível que agrupa associações ou organizações locais ou regionais essenciais, quer sejam generalistas (interessadas em vários âmbitos do PCI) ou temáticas.



Um nível que integra os profissionais e coletivos locais, habitantes ou outros agentes não incluídos nos dois níveis anteriores.



O Institut Català de Recerca en Patrimoni Cultural, a Universidade Pública de Navarra, e o Pays de Béarn em colaboração com o CIRDOC - Instituto Occitano de Cultura optaram por organizar os seus GTT em três níveis.

O PROJETO LIVHES DE VALORIZAÇÃO // METODOLOGIA DO PROJETO LIVHES

Os GTT: agentes-chave do PCI nos territórios associados

- Administração
- Associação
- Investigador/Centro de investigação
- Museu/Instituição patrimonial
- Outros



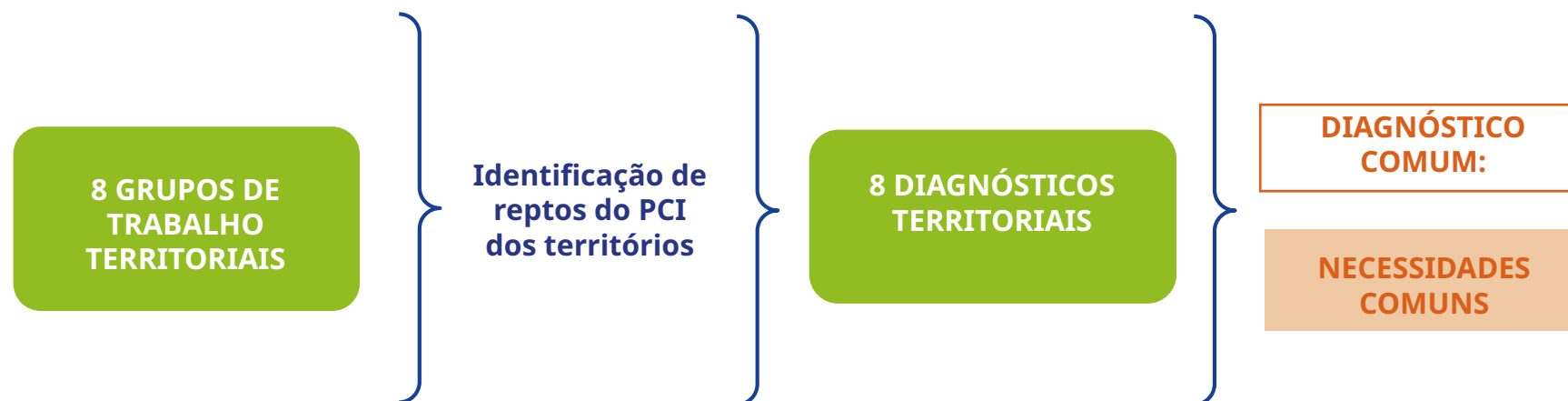


IDENTIFICAÇÃO DE REPTOS DO PCI NOS TERRITÓRIOS

Os reptos ou necessidades para a valorização do PCI dentro de cada território foram identificados através de matrizes DAFO ou FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), elaboradas a partir de reuniões com os Grupos de Trabalho Territoriais.

Estas necessidades estão relacionadas com as dinâmicas territoriais do PCI, que concernem tanto às comunidades de prática locais como às distintas administrações e organizações que trabalham localmente no campo do PCI, e que estão intrinsecamente ligadas aos processos sociais, culturais e económicos dos territórios.





NECESSIDADES COMUNS PARA A VALORIZAÇÃO DO PCI:

As necessidades de valorização do PCI identificadas pelos sócios do projeto LIVHES através dos 8 diagnósticos realizados sintetizam-se em torno de 3 eixos comuns aos territórios associados:

- A viabilidade, o reconhecimento e a visibilidade do PCI na sua diversidade
- Apoio e acompanhamento de agentes e coletivos do PCI para a sua transmissão e valorização
- Cooperação territorial e governança comum para a valorização do PCI

AS NECESSIDADES COMUNS PARA A VALORIZAÇÃO DO PCI

Viabilidade, reconhecimento e visibilidade do PCI

- Reconhecimento institucional do PCI e dos portadores e agentes locais.
- Reconhecimento da diversidade do PCI (práticas ordinárias, culturas ligadas às línguas regionais ou minoritárias, etc.)
- Reconhecimento das funções sociais, económicas e territoriais do PCI.
- Consideração dos riscos de descontextualização do PCI.



AS NECESSIDADES COMUNS PARA A VALORIZAÇÃO DO PCI

Apoio e acompanhamento dos agentes e coletivos do PCI

Apoio das **dinâmicas sociais próprias das comunidades de práticas** (essencialmente nos processos de transmissão)

Apoio técnico e administrativo às associações

Criação de redes e estruturação dos agentes do PCI

Valorização turística sustentável do PCI



AS NECESSIDADES COMUNS PARA A VALORIZAÇÃO DO PCI

Cooperação territorial
e governança

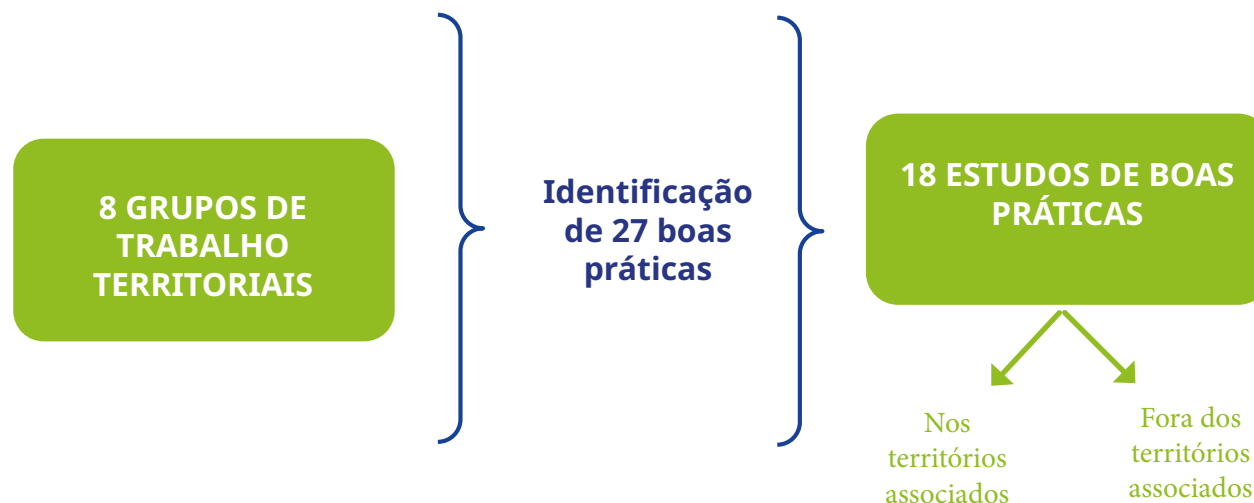
Governança inclusiva: integração dos agentes associativos e privados do PCI.

Cooperação e governança interterritoriais

Posicionamento das instituições públicas como agentes fundamentais da governança comum.

Cooperação entre departamentos administrativos e campos disciplinares

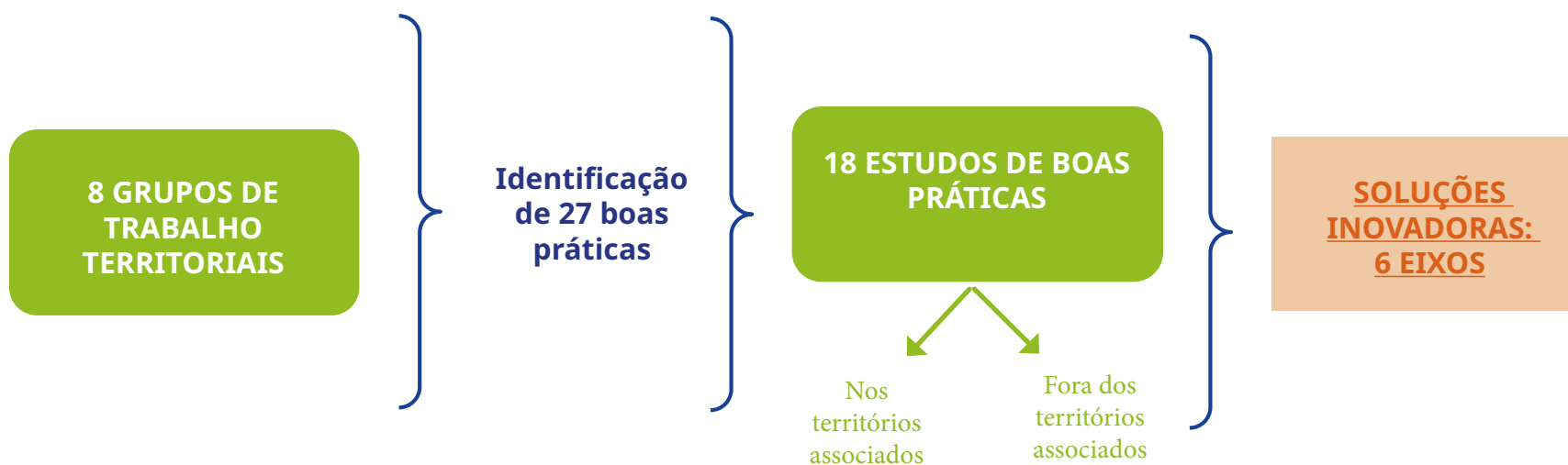




IDENTIFICAÇÃO E ESTUDO DE BOAS PRÁTICAS PARA A VALORIZAÇÃO DO PCI

Em colaboração com os grupos de trabalho territoriais (GTT), os sócios identificaram “boas práticas” para a promoção do PCI: três por cada entidade (uma no território do sócio, uma na zona SUDOE e uma fora da zona SUDOE). Ao todo pré-selecionaram-se 27 casos que poderiam definir-se como boas práticas. Por fim, deste conjunto foram estudados 18 casos (9 nos territórios sócios e 9 fora deles). Para esta seleção, os sócios procuraram um equilíbrio entre os diferentes âmbitos do PCI e entre os diferentes coletivos envolvidos nos processos de valorização do PCI; a ideia era incluir tanto dinâmicas próprias das comunidades portadoras da prática como projetos realizados por associações ou administrações.

Portanto, a análise das 18 boas práticas partia da **metodologia da análise de casos**. Em primeiro lugar, em cada um destes casos foi aprofundado o seu caráter modelar e transferível.



SOLUÇÕES INOVADORAS PARA A VALORIZAÇÃO DO PCI

A análise das 18 boas práticas deu origem a inúmeras subcategorias que foram agrupadas em 6 categorias ou eixos principais, como se pode observar nas seguintes páginas do guia. Muito focadas em assegurar uma vitalidade e transmissão prévias, apresentam-se como orientações ou soluções possíveis para a implementação de estratégias de valorização do PCI.

6 CATEGORIAS OU EIXOS INOVADORES PARA A VALORIZAÇÃO DO PCI:

- **DINÂMICAS SOCIAIS**
 - **DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO**
 - **TRANSMISSÃO E MEDIAÇÃO**
 - **APOIO E ACOMPANHAMENTO**
 - **REDES E GOVERNANÇA**
- } • **DIVERSIDADE**

DINÂMICAS SOCIAIS

Dinâmicas capazes de criar vínculo e impulsionar a transmissão.

Geradas pelas comunidades de práticas.

Geradas por um território em ressonância com a sua identidade cultural.

Impulsionam a federação, a participação e a envolvimento da população local.

Produzem interações entre diversas práticas



DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

Projetos em interação com os portadores do PCI

Acessíveis às comunidades de práticas/alimentados pelas suas ações

Integram práticas ordinárias, raras ou ameaçadas

Têm em conta a diversidade cultural

Vetores de uma identidade cultural com a qual os habitantes se identificam



TRANSMISSÃO E MEDIAÇÃO

Planos integradores, acessíveis, participativos e experienciais.

Combinam processos formais e informais.

Envolvem as comunidades de práticas.

Baseados na participação dos aprendizes/do público.

Acessíveis a todos e sobre todo o território (ou até móveis).

Permitem a mediação turística para dar a conhecer o território.



APOIO E ACOMPANHAMENTO

Ações destinadas aos portadores de práticas, às associações e aos setores económicos.

Apoio técnico e financeiro para salvaguardar, transmitir e valorizar.

Estruturação dos setores económicos e culturais locais.

Trabalho em rede dos agentes.



REDES E GOVERNANÇA

Projetos inclusivos, intersetoriais e interterritoriais

Participação dos praticantes e dos agentes-chave na governança.

Liderança das entidades públicas locais.

Trabalho em rede entre os agentes do PCI (do mesmo âmbito/entre âmbitos diferentes).

Em perímetros geográficos variáveis, até transfronteiriços.



DIVERSIDADE

Programas que garantem a pluralidade e a complementaridade das ações de salvaguarda-valorização.

Dispositivos multimodais promovidos por comunidades de práticas, associações, administrações, estabelecimentos culturais, etc., ou uma combinação destes. Combinam uma variedade de práticas (dança, gastronomia, artesanato, canto, festas, jogos, usos agrícolas, pesca, expressões linguísticas...).

Combinam uma variedade de âmbitos de atuação (ação educativa, desenvolvimento económico, investigação, museus, turismo, empresas artesanais, setor agroalimentar, perspetivas digitais...).



AVALIAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS: INDICADORES

Para além de procurar orientações ou soluções possíveis, uma boa prática estabelece um padrão ou requisito de qualidade em diferentes indicadores. No caso do projeto LIVHES, estes indicadores de qualidade estão relacionados com a valorização do PCI.

Na validação das boas práticas por parte dos grupos em foco, pode proceder-se metodologicamente de várias formas: em primeiro lugar, os indicadores podem ser obrigatórios, isto é, se não se cumprirem, rejeitar-se-ia o carácter de boa prática; e, em segundo lugar, é possível fazer uma formulação a partir da recomendação e da gradação, no sentido em que se procura que se cumpram maioritariamente, embora com diferentes graus de cumprimento. Esta segunda opção é usada no projeto LIVHES: destacar os indicadores de maior relevo (gradação), após a constatação de que todos eles estavam, pelo menos, presentes nas práticas.

Para definir os 25 indicadores com que se trabalharam, foram tidos em conta, para além dos traços gerais das boas práticas, traços específicos do PCI e do conceito atual de sustentabilidade. Mais concretamente, estudaram-se as declarações de boas práticas da UNESCO e da Estratégia 21 da UE, e integraram-se conceitos como a equidade, a viabilidade, a sustentabilidade ambiental e a visão intergeracional. O resultado é a lista de indicadores e ícones seguintes.

CERTIFIED

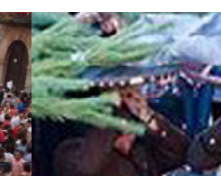
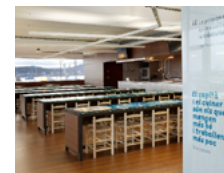


INDICADORES DE QUALIDADE DAS BOAS PRÁTICAS

Adequa-se à Convenção da UNESCO e aos seus âmbitos		Cumpriu a missão e atingiu os objetivos previstos.		É viável economicamente, porque garante um financiamento ajustado a um orçamento.		Aborda a fundo uma ou várias ações de salvaguarda da UNESCO.		Dá benefícios económicos diretos e indiretos bem redistribuídos.	
Sensível à abordagem de género.		Foi bem-sucedida quantitativa e qualitativamente.		É transparente economicamente.		Proporciona diversidade cultural ou laços interculturais.		Traz benefícios à convivência político-social.	
Potencia a criatividade.		É uma prática modelar para o território e transferível para outros contextos.		É acessível economicamente.		Foi avaliada durante vários anos em que se repetiu.		Respeita a legislação.	
Parte de uma boa identificação e delimitação, descrição e contextualização da prática do PCI.		Eficiente na relação de custos e objetivos alcançados, na gestão de recursos humanos e no aproveitamento de requisitos técnicos.		Concebe uma sensibilização ambiental e avalia o seu impacto na conservação do âmbito natural e da biodiversidade.		Respeita os princípios éticos da UNESCO e os principais direitos e objetivos internacionais.		Respeita os direitos de propriedade intelectual e os direitos coletivos dos portadores com os quais partilham benefícios.	
É plurilingue.		É inovadora.		Inclusiva e acessível.		A comunidade participa nela.		Intergeneracional socialmente.	

6. BOAS PRÁTICAS DE VALORIZAÇÃO DO PCI

- Ficha de uma Boa Prática
- Índice geográfico de boas práticas
- 18 boas práticas ordenadas alfabeticamente
- Lições ou ensinamentos das B. P.



FICHA DE UMA BOA PRÁTICA

NOME DA BOA PRÁTICA

GEOLOCALIZAÇÃO DA BOA PRÁTICA

LOCALIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA

BREVE DESCRIÇÃO

ÁMBITOS DO PCI SEGUNDO A UNESCO

CATEGORIA DE VALORIZAÇÃO

INDICADORES DE QUALIDADE

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

DINÁMICA SOCIAL DE LAS FIESTAS DEL FUEGO DE LOS PIRINEOS FIESTA DEL "BRANDON"

Lucbon; Comminges; Pyrénées centrales; Haute-Garonne; Occitania; Francia



ÁMBITOS

- Tradiciones y expresiones orales
- Usos sociales, rituales y actos festivos
- Técnicas artesanales tradicionales

VALORIZACIÓN

Dinámicas sociales

INDICADORES DE CALIDAD

BREVE DESCRIPCIÓN

El "brandon" de San Juan ("Eih bar" o "halbar" en gascón occitano) es una fiesta popular de los Pirineos (Pyrénées centrales) que se celebra la víspera de San Juan, es decir, la noche del 23 al 24 de junio.

El elemento central de esta fiesta tradicional es un tronco tallado con el que se construye una antorcha gigante de 8 a 12 metros. El tronco, cortado al menos tres meses antes, se descortiza, se parte y se cubre con cuñas para secarlo. Suele plantarse en la plaza del pueblo o en elevaciones cercanas. Se recubre el mismo día de la fiesta. A veces se adorna con flores y se remata con una cruz. Tras estas preparaciones, el brandon o tronco se enciende con antorchas y arderá durante varias horas.

En Francia, esta práctica social y festiva asociada al solsticio de verano tiene lugar en el valle de Barousse (Hautes-Pyrénées) y en Comminges (Haute-Garonne). Un ritual similar ("falles" o "haros") se celebra en Andorra y en los valles pirenaicos de Aragón, Cataluña y Aragón (España).

Enlaces Oficiales

Buenas prácticas: [Inventario del Patrimonio Cultural Inmaterial de Francia](#)
Para saber más: [Declaración de la UNESCO](#)

Todas as fichas estão concebidas com o mesmo **esquema informativo**, de forma a poderem ser localizadas e interpretadas facilmente.

A coluna da direita inclui três partes mais analíticas: **âmbitos do PCI**, **categoria de valorização principal** e **indicadores de qualidade destacados**.

Com ela poderemos extrair **ensinamentos ou lições** das 18 boas práticas estudadas no projeto LIVHES.



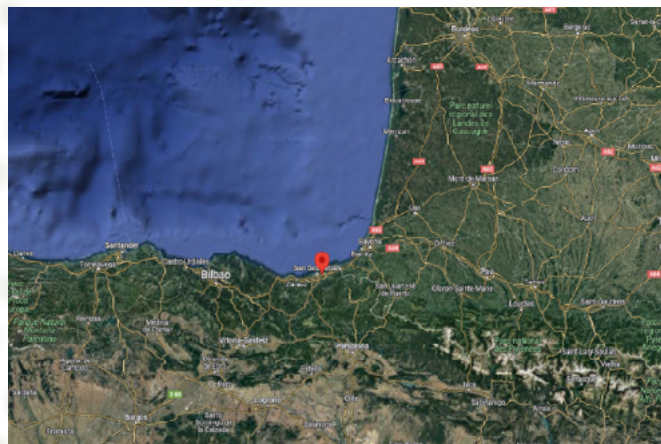
ÍNDICE GEOGRÁFICO DE BOAS PRÁTICAS

DENTRO DOS TERRITÓRIOS
ASSOCIADOS (T)

FORA DOS TERRITÓRIOS
ASSOCIADOS (F)



Pasaia, Gipuzkoa, País Basco, Espanha



BREVE DESCRIÇÃO

O Museu Vivo “Albaola” de Pasaia é um museu-oficina dedicado à tecnologia marítima artesanal e ao património marítimo basco em geral. Alberga um espaço museológico, um estaleiro para a construção de uma réplica de um baleeiro do século XVI, o São João, e um centro de formação profissional em carpintaria da marinha. Para além disto, possui um site e uma mediateca de grande interesse.

Tem um funcionamento circular, no qual as ações de recuperação, preservação, transmissão e mediação do património interagem constantemente:

os trabalhadores da oficina são também professores do centro de formação; os aprendizes participam nas boas-vindas e apoio ao público; e os visitantes são espetadores da reconstrução do baleeiro em direto.

A formação profissional é gratuita para os aprendizes de múltiplas nacionalidades que, em troca, participam na manutenção e funcionamento geral do museu-oficina.

ÂMBITOS

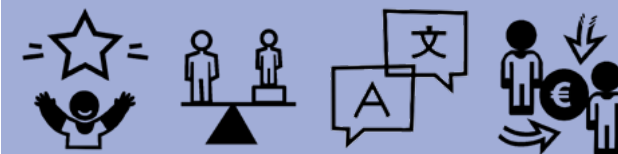
- Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação



INDICADORES DE QUALIDADE



DANÇA DE ALCALÁ DE LA SELVA (8 DE SETEMBRO)



Alcalá de la Selva; Comarca Gudar -
Javalambre; Teruel, Espanha

6

BUENAS PRÁCTICAS DE VALORIZACIÓN DEL PCI



BREVE DESCRIÇÃO

Esta dança, representação tradicional que inclui partes representadas, dançadas e recitadas, é realizada durante dois dias no início do mês de setembro, em homenagem à Virgem de la Vega. Nela intervêm os embaixadores mouros e cristãos e as crianças dançarinas acompanhadas de pastores ou graciosos. Os dançarinos são oito meninos de idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos. Vão ataviados com vestidos brancos, fitas de cores e chapéus de palha. Dançam sempre diante da Virgem de la Vega acompanhados por castanholas.

A transmissão desta tradição está nas mãos do grupo de instrutores de danças de Alcalá de la Selva (Teruel), que tem como objetivo a sua preservação, mostrando as mudanças e as evoluções das danças. As crianças começam os seus ensaios por volta do dia 15 de agosto, para poderem praticar durante cerca de vinte sessões antes da festa.

ÂMBITOS

- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Tradições e expressões orais
- Artes do espetáculo

VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação



INDICADORES DE QUALIDADE

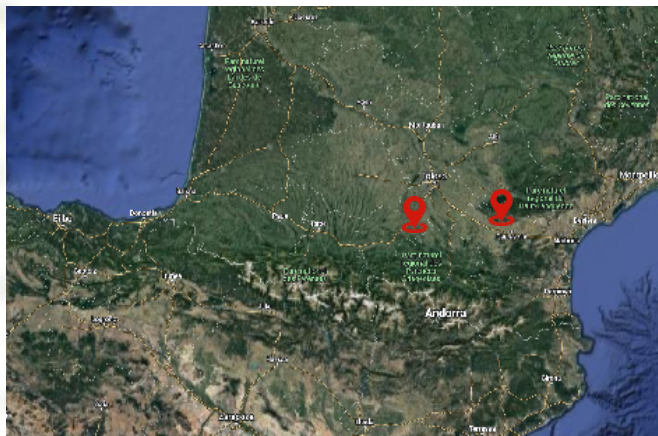


Ligações Oficiais

Boa prática: [Dança de Alcalá de la Selva](#)
Para saber mais: [Alcalá da Selva celebra a Virgem de la Vega](#)



Luchon; Comminges; Pirenéus Centrais;
Alto-Garona; Occitânia; França



BREVE DESCRIÇÃO

O “brandon” de São João (“Eth har” ou “halhar” em gascão occitano) é uma festa popular dos Pirenéus (Pirenéus Centrais) que se celebra na véspera de São João, isto é, na noite de 23 para 24 de junho.

O elemento central desta festa tradicional é um tronco talhado com que se constrói uma tocha gigante de 8 a 12 metros. O tronco, cortado pelo menos três meses antes, descasca-se, parte-se e cobre-se com cunhas para secar. Costuma ser colocado na praça da localidade ou em elevações próximas. Reveste-se no próprio dia da festa. Às vezes adorna-se com

flores e remata-se com uma cruz. Após estas preparações, o brandon ou tronco acende-se com tochas e irá arder durante várias horas.

Em França, esta prática social e festiva associada ao solstício de verão tem lugar no vale de Barousse (Altos-Pirenéus) e em Comminges (Alto-Garona). Um ritual similar (“falles” ou “haros”) é celebrado em Andorra e nos vales pirenaicos de Arão, Catalunha e Aragão (Espanha). Todo este conjunto de rituais do fogo foi declarado pela UNESCO património imaterial da Humanidade.

ÂMBITOS

- Tradições e expressões orais
- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZAÇÃO

Dinâmicas sociais



INDICADORES DE QUALIDADE





Béarn e Bas – Adour, França



BREVE DESCRIÇÃO

Os portadores do canto polifónico em Béarn são os grupos amadores que se reúnem para cantar em espaços privados ou públicos, em diferentes contextos: eventos programados, festividades locais ou, informalmente, na rua, bares, mercados, etc.

Estes encontros, em que participam cantores estreatantes e experientes, favorecem a transmissão por imersão ou intergeracional. A transmissão desta prática é também potenciada com formação especializada no Conservatório de Pau e nas oficinas organizadas pelas associações de profissionais do canto polifónico.

A promoção e valorização desta manifestação é impulsionada pela organização de concertos de grupos profissionais, festivais ou concursos, assim como pela produção e edição de CD musicais ou ainda pela sua presença em diversas ferramentas e plataformas digitais.

O canto polifónico é um símbolo de identidade local e também um vetor de desenvolvimento local que os agentes económicos do território (viticultores, artesãos, clubes desportivos...) utilizam.

ÂMBITOS

- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Tradições e expressões orais

VALORIZAÇÃO

Diversidade



INDICADORES DE QUALIDADE





BREVE DESCRIÇÃO

O Ecomuseu do Barroso é um museu dedicado ao território de Terra do Barroso. A sua função agregadora e potenciadora da identidade, em constante relação com a população local, fez dele um portador de memória coletiva de uma comunidade com um rico e diverso património, e com um imaginário coletivo diferenciador.

Está situado no planalto ou nas terras altas denominada Terra do Barroso, entre as serras do Gerês, de Bornes, do Larouco e da Cabreira, numa região onde as suas gentes preservam práticas seculares ligadas à terra e aos animais, com conhecimentos e

técnicas tradicionais, e continuam a celebrar festas e rituais únicos.

O conjunto museológico é constituído por nove estruturas que abordam temáticas do seu património material e imaterial, natural e industrial, especialmente dedicadas aos costumes ligados à terra e ao trabalho, à organização social cooperativa do pastoreio e a outros fatores da paisagem da média-alta montanha e das terras altas.

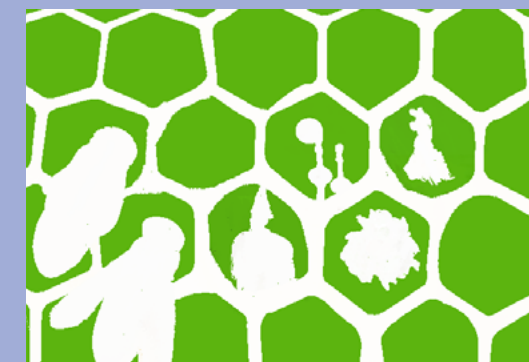
Destaca-se pelo seu dinamismo nos processos de inventariado, estudo e promoção das manifestações do PCI vivas na Terra do Barroso.

ÂMBITOS

- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo

VALORIZAÇÃO

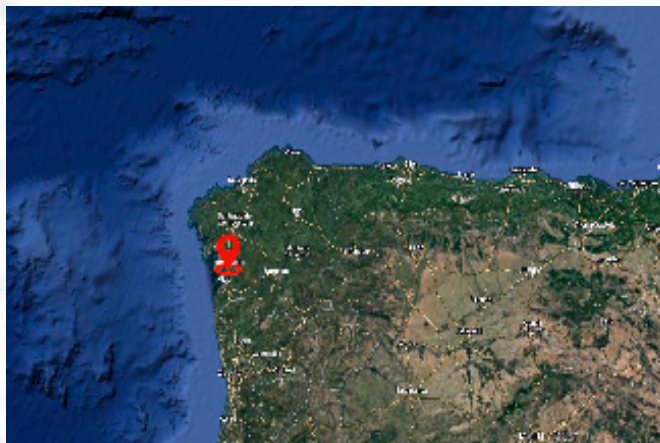
Dinâmicas sociais



INDICADORES DE QUALIDADE



 Lugar de Baltar 26 1.º; Castrelo, Cambados; Pontevedra, Espanha



BREVE DESCRIÇÃO

A Federação Galega pela cultura marítima e fluvial “Culturmar” nasceu em 1993, após um encontro de embarcações tradicionais celebrado em Ribeira. Ao início foi criada para defender, divulgar e dinamizar o património marítimo da Galiza, mas mais tarde ficou decidido incluir também o património fluvial. Atualmente é constituída por 43 coletivos, entre os quais se destacam associações desportivas, culturais, vizinhais e etnográficas. Uma das suas singularidades radica em que todas elas formam uma rede oficial de voluntariado que trabalha em defesa do património marítimo e fluvial galego-português.

Para a conceção do seu plano de ação, foi decisivo

o intercâmbio de experiências com outros territórios na recuperação deste património, na sua valorização e no seu aproveitamento económico. Fruto desses contactos e intercâmbios é o convite em 2009 para fazer parte da European Maritime Heritage.

Para além de exposições e outras atividades, organiza ainda o Encontro de Embarcações Tradicionais da Galiza. Com estas ações, dinamiza diversos setores artesanais associados ao património marítimo e fluvial, potenciando também os pontos de atração turística das comunidades para impulsionar um turismo sustentável.

ÂMBITOS

- Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação

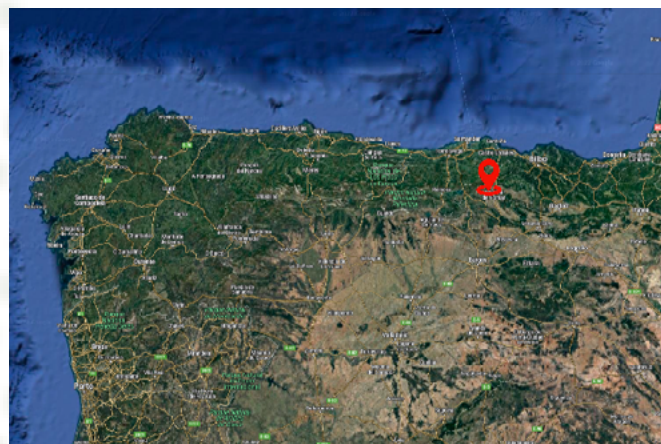


INDICADORES DE QUALIDADE



Ligações Oficiais

Boa prática: [CULTURMAR. Federação Galega pela Cultura Marítima e Fluvial](#)
Para saber mais: [Ardentía. Revista Galega de Cultura Marítima e Fluvial](#)



BREVE DESCRIÇÃO

A dinâmica em torno da festa de Nossa Senhora das Neves da freguesia burgalesa de Las Machorras mantém o seu carácter tradicional e comunitário. De periodicidade anual, os atos festivos desenca-deiam-se entre 4 e 6 de agosto. Destaca-se o dia 5, que é o dia da festa grande em que tem lugar a romaria onde se dança.

A preparação e os ensaios da dança começam no dia 25 de julho, feriado de Santiago, e vão-se intensificando consoante se aproxima a data da romaria. Nela participam quatro figuras distintas: o maioral, o «rabadán», o bobo e os oito dançarinos.

O maioral é um homem maior de 16 anos que intro-

duz e dirige a dança. O «rabadán», pelo contrário, é o menino mais novo do grupo. Tem o privilégio ou a faculdade de poder incomodar o bobo.

O bobo é uma personagem burlesca que tenta interromper a dança e também lança picardias verbais.

Por último, os oito dançarinos são os meninos incumbidos de realizar as evoluções e mudanças das danças de varas e de pauzinhos ou paus. Durante a marcha da procissão tocam castanholas.

ÂMBITOS

- Tradições e expressões orais
- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo
- Técnicas artesanais tradicionais
- Artes do espetáculo


VALORIZAÇÃO

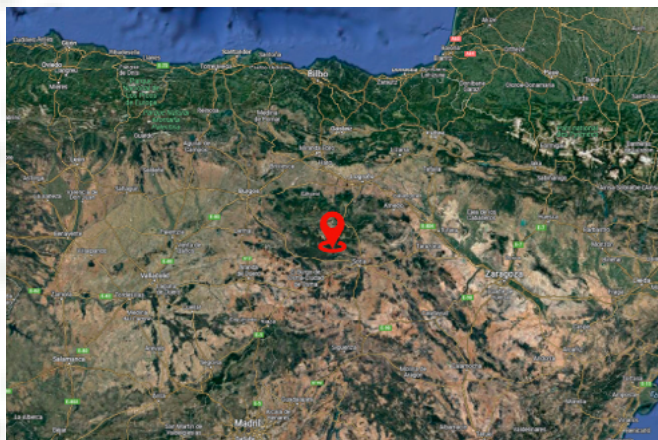
Transmissão e mediação



INDICADORES DE QUALIDADE



 Vinuesa; Sória;
Castela e Leão, Espanha



BREVE DESCRIÇÃO

Estes dois atos festivos ocorrem no contexto da Festa de Nossa Senhora e de São Roque de Vinuesa. A 14 de agosto celebra-se a Pingada dos maios. Os agentes principais são duas organizações tradicionais: a Confraria de Nossa Senhora do Pino, integrada por homens casados, e a Confraria do senhor São Roque, formada por homens solteiros. Apoiadas pelo pároco da localidade, contam com o apoio económico e logístico da Câmara Municipal, instituição que garante a sua viabilidade.

Os pinheiros que se plantam ou levantam, provenientes da zona florestal da localidade, são selecionados, pela sua altura e grossura, por membros das

confrarias, representantes da Câmara Municipal e pessoal da Guarda Florestal. Em primeiro lugar, levanta-se na praça Maior (Praça João Carlos I) o maio dos casados, isto é, o da Confraria de Nossa Senhora do Pino. A seguir, o maio dos solteiros da Confraria do senhor São Roque, na praça da Soledad.

A Pinochada é o segundo ato festivo. Celebra-se a 16 de agosto e representa uma batalha incruenta em que as mulheres de Vinuesa adquirem todo o protagonismo. Vestidas com o traje típico de “piñorras”, e transportando ramos de pinheiro ou “pinochos” provenientes da desramação dos maios, vão dando com eles a todos os varões que estejam ao seu alcance.

ÂMBITOS

- Tradições e expressões orais
- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo
- Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZAÇÃO

Dinâmicas sociais

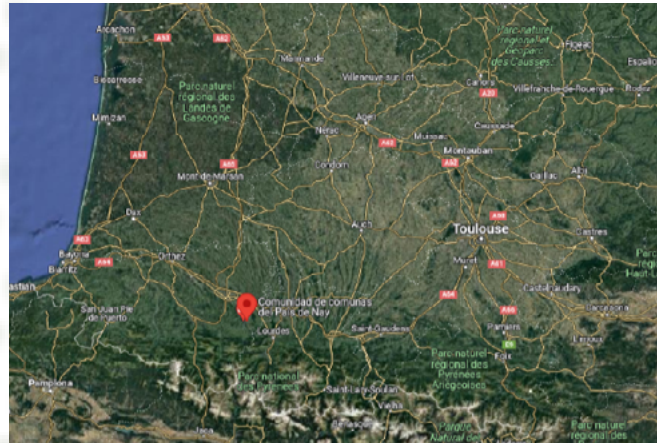


INDICADORES DE QUALIDADE





Pays de Nay, Béarn, Pirenéus-Atlânticos,
Nova-Aquitânia, França



BREVE DESCRIÇÃO

A “Rota do Ferro” nos Pirenéus é uma iniciativa de mediação transfronteiriça sobre conhecimentos tradicionais siderúrgicos. Destina-se ao público em geral (populações locais e turistas) e combina património vivo material, imaterial e memorial.

Trata-se da parte pirenaica de um “Itinerário Cultural do Conselho da Europa” para a valorização do património cultural comum. Reúne sítios e espaços culturais diversos (forjas, minas, oficinas, museus) vinculados à tradição siderúrgica comum em Catalunha, Andorra, País Basco, Ariège e Béarn (Pays de Nay) em França (Daban) que detêm um savoir-faire raro (em risco de desaparecimento), especialmente

ligado às práticas pastoris dos territórios envolventes.

O projeto da Rota é atualmente apoiado pela Communauté de Communes du Pays de Nay (CCPN) no quadro de uma parceria com a associação local Fer et Savoir-Faire, que deu início ao projeto.

A associação integra a autoridades locais, gestores culturais e agentes dos diferentes territórios, com o objetivo de promover ações de mediação e comunicação patrimoniais. Para além das ações promovidas por museus e centros de interpretação, impulsionam-se percursos de caminhadas e visitas a oficinas, como à de um dos últimos fabricantes de chocalhos (Pays de Nay – Béarn).

ÂMBITOS

- Técnicas artesanais tradicionais


VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação

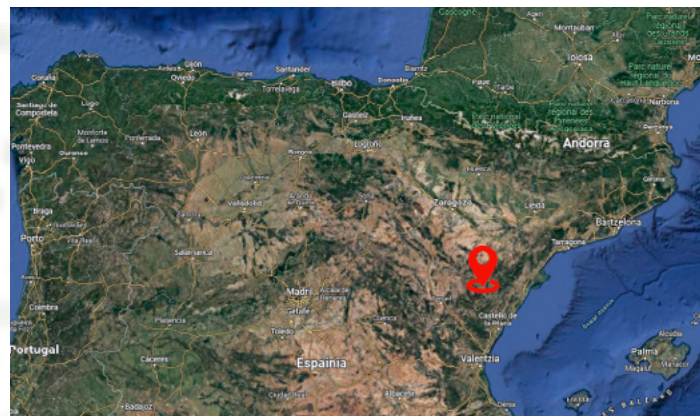


INDICADORES DE QUALIDADE



 Mosqueruela, Mirambel e Iglesias del Cid;
Maestrazgo; Teruel, Espanha

BUENAS PRÁCTICAS DE VALORIZACIÓN DEL PCI



BREVE DESCRIÇÃO

Organizadas pelo Geoparque do Maestrazgo, parque cultural que, por sua vez, é Geoparque Mundial da UNESCO, estas jornadas incluem uma série de oficinas para a valorização da Técnica do trabalho da pedra a seco, técnica esta construtiva tradicional incluída na Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Nesta mesma região do Maestrazgo foram também incluídas as Tamboradas da Rota do tambor e do bombo.

Mosqueruela, Mirambel e Iglesias del Cid em 2022, e outras localidades da região do Maestrazgo em anteriores edições, são o cenário para dar a conhecer esta técnica tradicional que consiste em construir sem a utilização de nenhum tipo de argamassa ou morteiro, apenas com pedras mais finas

ou mais grossas. Em raras ocasiões talhadas, estas pedras são encaixadas para conseguir a mais correta disposição e contacto, desafiando a gravidade para edificar ou construir muros, canteiros, palhotas e outras obras tradicionais. Aproveitando as mostras presentes na paisagem do Geoparque, estas sessões são ministradas por especialistas. Qualquer pessoa interessada nesta manifestação do PCI pode assistir às mesmas.

Para além disso, na sua envolvente, podemos desfrutar também do património geológico, arqueológico e cultural. Neste sentido, algumas das suas jazidas arqueológicas fazem parte do conjunto de Arte Rupestre do Arco Mediterrâneo da Península Ibérica, igualmente Património da Humanidade (UNESCO). Por outro lado, estas localidades são um exemplo de conservação dos seus conjuntos históricos.

ÂMBITOS

■ Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZAÇÃO

Dinâmicas sociais



INDICADORES DE QUALIDADE



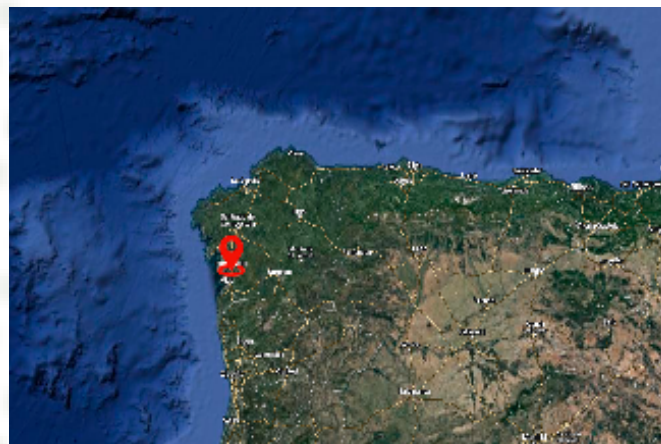
Ligações Oficiais

Boa prática: [O geoparque do Maestrazgo](#)
Para saber mais: [Facebook](#)



Rua Colón 17, 6º D; Vigo; Pontevedra, Espanha

BUENAS PRÁCTICAS DE VALORIZACIÓN DEL PCI



BREVE DESCRIÇÃO

Ponte... nas ondas! (PNO!) é uma associação galego-portuguesa criada em 1995 para conceber e impulsionar experiências educativo-culturais que recuperassem, dessem a conhecer e salvaguardassem o património comum entre a Galiza e Portugal.

Com o foco posto nos jovens, estas práticas consolidaram um modelo transfronteiriço onde os portadores do PCI e as comunidades escolares participaram em metodologias inovadoras para salvaguardar este património partilhado. A transmissão foi amplificada com programas audiovisuais – maiori-

tariamente através da radio -, para cuja elaboração este grupo etário empreendeu a pesquisa e recolha de elementos e manifestações patrimoniais, ou se converteu em portador, como nas jornadas de jogos tradicionais.

A digitalização de todas estas práticas e atividades e a sua divulgação através da Internet permitiram projetar ainda mais todo este labor nas escolas. Recentemente foi distinguida como boa prática de salvaguarda da UNESCO.

ÂMBITOS

- Tradições e expressões orais
- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo
- Técnicas artesanais tradicionais
- Artes do espetáculo

VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação



INDICADORES DE QUALIDADE



Ligações Oficiais

Boa prática: [Modelo “Ponte... nas ondas!”](#)
Para saber mais: [Meninos cantores](#)



BREVE DESCRIÇÃO

O Espai del Peix é uma extensão do Museu da Pesca. Dedicar-se à promoção e divulgação das variedades de peixe fresco da lota de Palamós, especialmente das espécies menos conhecidas no mercado. Junto ao museu, pretende dar visibilidade ao setor pesqueiro.

Responde à necessidade de completar o ciclo completo de conhecimentos tradicionais em torno do mundo da pesca e do consumo de peixe fresco.

De uma perspetiva antropológica, em primeiro lugar aborda-se o conhecimento do produtor. Assim, explicam-se o ofício de pescador, a tradição pesqueira local, as técnicas e a evolução da atividade.

Em segundo lugar, e com uma ênfase maior na mediação e na sensibilização, promove-se o consumo de peixe, num percurso pelos seus tipos e espécies, e pelos seus valores nutricionais. Assim, educam-se aspetos práticos como as dicas para comprar no mercado ou para a sua elaboração culinária.

A gastronomia associada ao peixe (ingredientes, receitas, tachos e vasilhas, etc.) completa a experiência do visitante com a possibilidade de degustar a cozinha marinheira. Oferecem-se propostas provenientes tanto do receituário tradicional dos pescadores como da gastronomia mais inovadora. Em todos estes pratos são usadas espécies de proximidade: nutritivas, saudáveis e de baixo custo.

ÂMBITOS

- Tradições e expressões orais
- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo
- Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação



INDICADORES DE QUALIDADE





BREVE DESCRIÇÃO

O coletivo Núcleo Promotor do Auto da Floripes tem como missão a preservação, valorização e promoção desta tradição, que é um símbolo cultural e identitário da comunidade. Esta associação foi criada a 6 de agosto de 2010 pelos próprios agentes ou através dos populares de várias gerações.

O Auto da Floripes é uma representação teatral tradicional que é posta em cena pelos habitantes de Lugar das Neves durante a Festa de Nossa Senhora das Neves, a 5 de agosto de cada ano. Pertence ao chamado “ciclo carolíngio” e encena, há séculos, a luta entre mouros e cristãos com uma estilizada coreografia.

O Núcleo Promotor apostou em estratégias de salvaguarda e de evolução ou recriação, na documentação exaustiva do processo de montagem, na recopilação sistemática de material associado ao Auto da Floripes e no impulso da investigação desta manifestação do PCI.

Quanto à transmissão, conseguiu a sua revitalização com a formação dos jovens por parte da comunidade, fortalecendo a transmissão intergeracional. Assim, promoveu o Auto da Floripes em encontros de teatro popular nacionais e internacionais.

ÂMBITOS

- Usos sociais, rituais e atos festivos


VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação

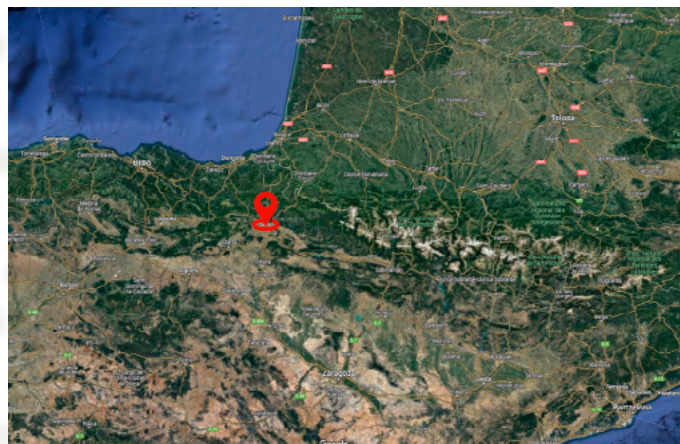


INDICADORES DE QUALIDADE



 Subijana Etxea, Kale Nagusia, 70,
Villabona; Gipuzkoa, Espanha

BUENAS PRÁCTICAS DE VALORIZACIÓN DEL PCI



BREVE DESCRIÇÃO

A Associação Bertsozale Elkartea, fruto de uma profunda reflexão, conseguiu uma revitalização do bertsolarismo, a arte de cantar em verso de forma improvisada. Começou no último terço do século XX e, hoje em dia, é um modelo de evolução autogerida. A sua valorização fundamentou-se num movimento sociocultural de confederação de associações baseado no valor identitário da língua basca, o que lhe assegura a viabilidade socioeconómica tanto com as quotas dos seus associados como com a gestão do dinheiro das atuações em diversos contextos.

A Bertsozale Elkartea tem um programa de atividades muito variado. O seu departamento de fomento organiza festivais, campeonatos, atuações de praça,

certames e atuações informais, herdeiras dos contextos tradicionais. Também dinamiza atuações mais experimentais. A área de comunicação promove a divulgação em programas televisivos e radiofónicos, assim como no seu portal digital. A área de transmissão assegura o futuro do bertsolarismo organizando oficinas em 120 localidades, que garantem o relevo dos improvisadores e ajudam a renovar o público potencial. Também está presente em diferentes programas da educação formal.

Toda esta atividade é potenciada pela Xenpelar, o seu centro de documentação e paralelamente arquivo informativo, que procura completar um corpus do bertsolarismo contemporâneo, ao mesmo tempo que constitui uma ferramenta de referência nos labores programados.

ÂMBITOS

- Tradições e expressões orais
- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Artes do espetáculo

VALORIZAÇÃO

Diversidade

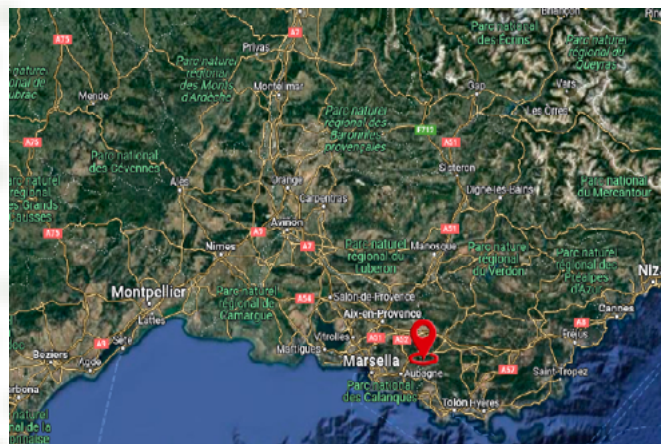


INDICADORES DE QUALIDADE



 Aubagne; Bouches du Rhône; PACA
(Provença-Alpes-Côte d'Azur), França

BUENAS PRÁCTICAS DE VALORIZACIÓN DEL PCI



BREVE DESCRIÇÃO

De Aubagne até Saint-Zacharie, a indústria da cerâmica, da olaria e do azulejo constituiu uma importante fonte de desenvolvimento que deu vida às cidades e aos povos do Pays d'Aubagne e d'Etoile. Em Aubagne, a cerâmica é uma tradição secular, cujas primeiras referências documentais remontam ao século XV.

Com o processo de industrialização do século XIX, juntamente com o crescimento de Marselha e Aix-en-Provence, a indústria da olaria e da cerâmica de Aubagne implicou outro polo de desenvolvimento da Provença, eminentemente relacionado

com o património. Na atualidade, esta tradição vê-se reforçada pela diversidade de oficinas e pequenas fábricas em funcionamento.

Para promover estes ofícios ligados ao território e para os valorizar cultural, social e economicamente, são levadas a cabo inúmeras ações: algumas com mais tradição e mais consolidadas como preservar a elaboração tradicional nas oficinas; outras mais recentes como a feira internacional Argilla Aubagne, possivelmente a maior da Europa; e outras que exploram caminhos inovadores no design.

ÂMBITOS

- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZAÇÃO

Diversidade



INDICADORES DE QUALIDADE

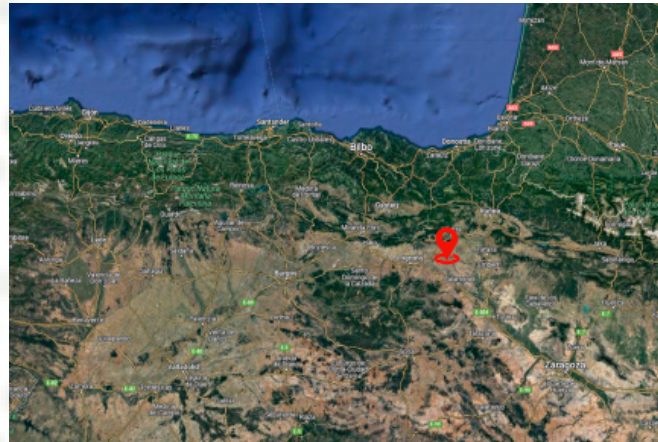


Ligações Oficiais

Boa prática: [Posto de turismo de Pays de Aubagne e de l'Etoile](#)
Para saber mais: [Vídeo sobre a Boa Prática](#)



Praça da Deputação, 6, Sesma;
Comunidade Foral de Navarra, Espanha



BREVE DESCRIÇÃO

O programa Landarte “Arte e ruralidade” do Departamento de Cultura do Governo de Navarra promove anualmente uma relação entre a cultura tradicional das localidades rurais de Navarra e os artistas ou criadores contemporâneos. Este diálogo entre passado e presente, entre tradição e modernidade, potencia os processos de reflexão dos portadores, o dinamismo cultural e, em muitos casos, os processos de valorização do seu património local.

Durante os anos 2017, 2018 e 2019 desenvolveu-se em Sesma (Navarra), em torno da cultura do esparto. Após documentar e investigar os conhecimentos

e as técnicas tradicionais, não se pretendeu a revitalização do ofício (trançado e elaboração de peças e labores de esparto para uma forma de vida agropastoril já extinta), um trabalho duro e de baixa rentabilidade económica. As ações procuraram valorizar o conhecimento e o respeito pelo meio ambiente (reconhecimento, cuidado e recolção do esparto), o esforço (a dureza dos trabalhos manuais como a moagem) e a perícia ou habilidade (trançado do esparto) em oficinas intergeracionais e interculturais em que eram elaborados novos desenhos e utensílios mais atuais. Isto é, procurou preservar e transmitir a técnica artesanal e não o ofício.

ÂMBITOS

- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo
- Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação



INDICADORES DE QUALIDADE





BREVE DESCRIÇÃO

A estratégia de valorização do setor do couro, luxo, têxtil e artesanato visa a viabilidade de todas estas tipos de artesanato através de uma estruturação do setor e um acompanhamento das suas pequenas empresas, com o objetivo de fazer frente aos desafios contemporâneos.

É dirigida pelo Instituto Regional do Couro, Têxtil e Artesanato da Nova Aquitânia, organismo presidido pela própria região, e agrupa os agentes do setor. O plano de ação articula-se em quatro eixos:

- Desenvolver projetos empresariais.
- Criar e manter postos de trabalho, assim como

as competências profissionais dos artesãos.

- Distinguir e divulgar os conhecimentos técnicos artesanais de excelência, apresentando-os de forma atrativa.
- Favorecer a projeção das empresas com o acesso a novos mercados.

O Plano apoia as empresas do setor para garantir a continuidade da sua atividade. Desta forma, para além disso, contribui-se para a preservação de conhecimentos e técnicas tradicionais do setor do couro, luxo e têxtil, do artesanato de couro e têxtil e dos ofícios artísticos.

ÂMBITOS

- Técnicas artesanais tradicionais

INDICADORES DE QUALIDADE VALORIZAÇÃO

Apoio e acompanhamento



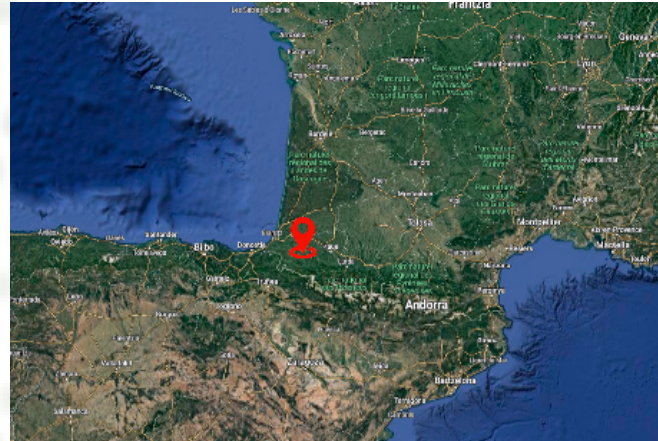
INDICADORES DE QUALIDADE





Território de montanha do País Basco (País Basco);
Pirenéus-Atlânticos, Nova-Aquitânia, França

BUENAS PRÁCTICAS DE VALORIZACIÓN DEL PCI



BREVE DESCRIÇÃO

O Guia de boas práticas na montanha basca é um sistema de mediação com recomendações sobre o comportamento adequado no contexto de situações em que a convivência num mesmo espaço de usos tradicionais da montanha e práticas turísticas e de ócio possa gerar algum conflito.

O guia, destinado tanto a visitantes como a agricultores e criadores de gado locais, promove o conhecimento e a compreensão dos usos tradicionais da montanha. Contribui para a sustentabilidade das práticas e métodos de gestão, assim como para a viabilidade da economia agropastoril local. Publicado em 2010, consiste numa pequena pasta em que,

através de fichas práticas em forma de banda desenhada, o protagonista das vinhetas explica o que fazer em cada situação. Está à disposição dos municípios e gestores dos pastos de verão, mas também em vários meios de comunicação a que os visitantes podem aceder.

Desde 2019, o serviço de Montagne de la Communauté d'Agglomération Pays Basque (CAPB), em colaboração com a EHMEB, atualiza-o para dar resposta a novas questões, no quadro da criação do Parc Naturel Régional Montagne Basque.

ÂMBITOS

- Tradições e expressões orais
- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação



INDICADORES DE QUALIDADE



Ligações Oficiais

Boa prática: [O guia das boas práticas na montanha](#)
Para saber mais: [Communauté d'agglomération Pays Basque](#)

LIÇÕES OU ENSINAMENTOS DAS B. P.

As boas práticas analisadas foram **variadas quanto aos âmbitos do PCI** identificados pela UNESCO. Todos eles estão presentes.

Para a classificação da maioria foi utilizado mais de um âmbito, o que parece indicar que as **manifestações do PCI são complexas**, e costumam incluir dinâmicas de vários âmbitos.

As técnicas artesanais tradicionais estão presentes em 14 das 18 práticas; os usos sociais e atos festivos em 11; as tradições e expressões orais em 9; os conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo em 6; e, por último, as artes do espetáculo em 4.

Relativamente à **categoria de valorização principal**, por ordem de frequência, destaca-se a transmissão e mediação, com 10 das 18. Este facto não é de admirar, porque nela confluem tanto a salvaguarda intergeracional como a procura de novos públicos em valores acrescentados como o turismo cultural sustentável.

Tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do património cultural

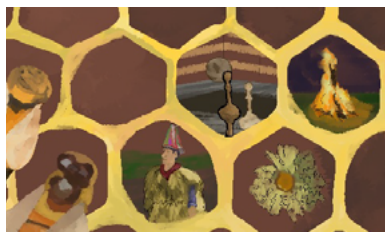
Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo

Artes do espetáculo

Usos sociais, rituais e atos festivos

Técnicas artesanais tradicionais





Em segundo lugar, encontram-se as **dinâmicas sociais**, com 4 das 18. Nelas parece primar-se pelo protagonismo da comunidade e pela sua evolução autogerida para fazer frente aos reptos e às ameaças.

A categoria da **diversidade**, que de certa forma é uma utilização de todas as outras, é a designada em 3 das 18 boas práticas.

O **apoio e acompanhamento** apenas é considerado principal em 1 das 18, na do setor do couro, luxo, têxtil e artesanato da Nova Aquitânia. É interessante porque representa a perspetiva das administrações públicas na gestão do PCI, um papel ainda muito pouco desenvolvido.



Poderia surpreender que as categorias **documentação e investigação**, e redes e governança não tenham sido seleccionadas como categorias principais em nenhuma das boas práticas. Um estudo mais pormenorizado dá-nos algumas pistas muito interessantes sobre isso.

Embora a categoria de documentação e investigação esteja presente em muitas das boas práticas, não se considera suficiente para assegurar um processo de valorização, mas sim um passo prévio ao mesmo.

O caso da categoria de redes e governança é diferente, porque mal se pode rastrear na análise de muitas das boas práticas. Parece, portanto, que tem um carácter inovador e que volta a ser uma perspetiva atualizada das administrações.



INDICADORES DE QUALIDADE DAS BOAS PRÁTICAS

Se adecua a la Convención de la UNESCO y a sus ámbitos.		Ha cumplido la misión y alcanzado sus objetivos previstos.		Plantea una sensibilización medioambiental y valora su impacto en la conservación del ámbito natural y de la biodiversidad.		Sensible al enfoque de género.		Da beneficios económicos directos e indirectos bien redistribuidos.	
Aborda en profundidad una o varias acciones de salvaguardia de la UNESCO.		Ha sido exitosa cuantitativa y cualitativamente.		Es viable económicamente, porque garantiza una financiación ajustada a un presupuesto y estable.		Aporta diversidad cultural o lazos interculturales.		Aporta beneficios en la convivencia político-social.	
Potencia la creatividad.		Eficiente en los costes y objetivos alcanzados, en gestión de recursos humanos, y aprovechamiento de requerimientos técnicos.		Es transparente económicamente.		Es plurilingüe.		Respeto los principios éticos de la UNESCO y los principales derechos y objetivos internacionales.	
Parte de una buena identificación y delimitación, descripción y contextualización de la práctica del PCI.		Es una práctica modélica para el territorio y transferible a otros contextos.		Es accesible económicamente.		Transgeneracional socialmente.		Respeto los derechos de propiedad intelectual y los derechos colectivos de los portadores con los que se comparten beneficios.	
Ha sido evaluada durante varios años en que se ha repetido.		Es innovadora.		Inclusiva y accesible.		En ella participa la comunidad.		Respeto la legislación.	

Relativamente aos **indicadores de qualidade**, recorde-se que eram orientativos. As boas práticas não se submeteram a uma avaliação para se constatar se cumpriam estes 25 indicadores e em que grau, o que aconteceu foi que cada grupo de trabalho territorial seleccionou os quatro que melhor encaixavam no carácter modelar da prática.

Desta forma, os indicadores mais utilizados para a caracterização foram, por esta ordem: os que aludem ao carácter **modelar e transferível**; à **participação da comunidade**; ao facto de ser um **exemplo de salvaguarda**; de **assegurar a transmissão intergeracional**; de **potenciar a sustentabilidade ambiental**; e de ser uma **prática previamente avaliada**.

Com menor frequência, aparecem também indicadores sobre a **potenciação da criatividade**; sobre o **carácter inovador**; sobre **interculturalidade**; sobre o facto de **produzir benefícios económicos**; ou por ser **inclusiva e acessível**.

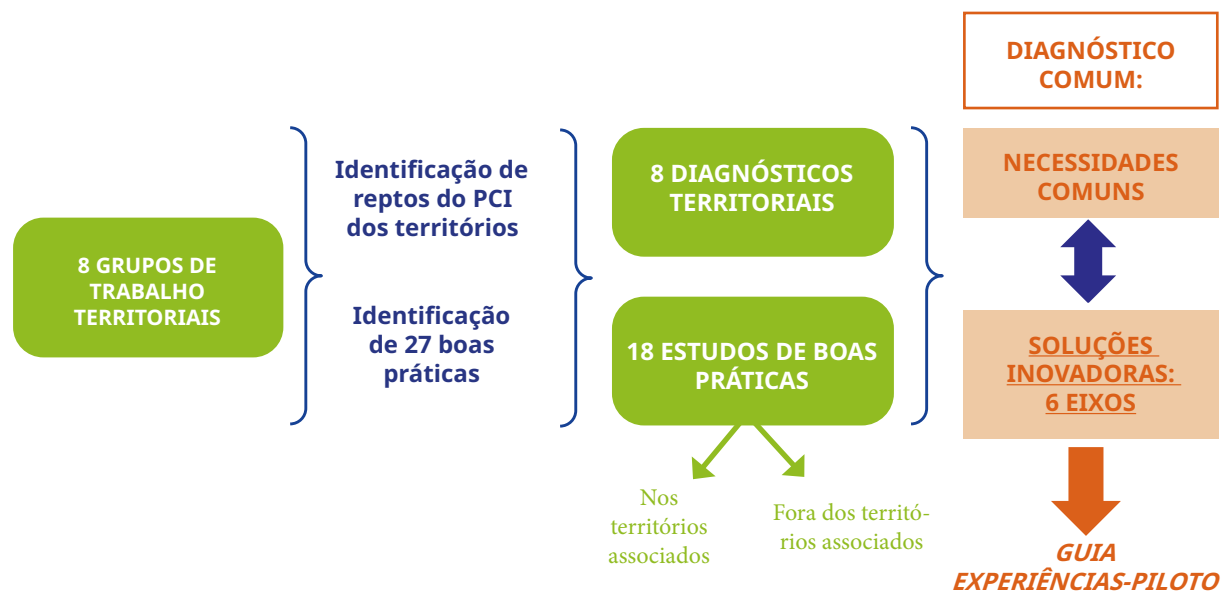
A frequência das restantes, algumas das quais também são utilizadas, não é representativa estatisticamente.

7. EXPERIÊNCIAS-PILOTO DO PROJETO LIVHES

- Planos territoriais e experiências-piloto
- Explicação das experiências-piloto
- 8 experiências-piloto



PLANOS TERRITORIAIS E EXPERIÊNCIAS-PILOTO



O desenho do projeto LIVHES culmina com a elaboração deste guia de valorização e a sua implementação numa experiência-piloto.

Antes, como já foi explicado, foram identificados os reptos de cada território e analisada uma boa prática dentro de cada território e outra fora deles, isto é, dezoito ao todo. As conclusões foram recolhidas num diagnóstico territorial.

Posteriormente, após feito o seu contraste, foram obtidas umas necessidades comuns que ficaram refletidas no diagnóstico comum e nas seis soluções inovadoras que inspiram este guia.

Os 8 planos territoriais (um por cada território) expressam todo este processo. Partem de uma descrição das principais características do PCI do território para recolher depois os desafios ou reptos da sua valorização.

Analizam as possibilidades das seis soluções inovadoras e, a partir delas, desenham e desenvolvem a experiência-piloto em todos seus pormenores: situação inicial, objetivos, planificação e cronograma das ações, planificação da transferência e da socialização de conhecimentos, orçamento, contribuição dos agentes do território e avaliação. Por último, referem outras ações previstas fora do projeto LIVHES.

Estes planos podem ser consultados no site do projeto.

EXPLICAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS-PILOTO

VALORIZACIÓN Y RECUPERACIÓN DE LA MEMORIA Y RECREACIÓN DE LA ELABORACIÓN DE ACEITE DE ENEBRO EN RIBA-ROJA D'EBRE (Riba-roja d'Ebre - Tarragona- Cataluña- España)
EXPERIENCIAS PILOTO DEL PROYECTO LIVHES
7



BREVE DESCRIPCIÓN

La prueba piloto del ICRPC se ha implementado en el municipio de Riba-roja d'Ebre, afectado por la despoblación y con problemáticas propias de territorios periféricos. La identificación de la fiesta del aceite de anebro como un evento a valorar, y vinculado directamente a los hornos de aceite de anebro, ha centrado la actuación en este territorio.

Se ha trabajado conjuntamente con la comunidad local, principalmente con la Asociación de Amigos de Riba-roja d'Ebre y el centro escolar del municipio, en la elaboración de plataformas interpretativas, una maleta pedagógica, registro audiovisual de entrevistas orales y experimentación con una aplicación móvil creativa.

El objetivo central de la experiencia era responder a los retos detectados en el diagnóstico agro-visitando la viabilidad de las buenas prácticas identificadas en torno al desarrollo local basado en el patrimonio, especialmente en el PCI. En este caso, se ha centrado en la revitalización de la identidad cultural y territorial, e impulsando, como valor añadido, un turismo cultural sostenible.



ÁMBITOS

- Usos sociales, rituales y actos festivos
- Conocimientos y usos relacionados con la naturaleza y el universo
- Tradiciones artesanales tradicionales

VALORIZACIÓN

Transmisión y modificación



INDICADORES DE CALIDAD



Enlaces Oficiales
Experiencia piloto: [SITO.ceb](#)

VALORIZACIÓN Y RECUPERACIÓN DE LA MEMORIA Y RECREACIÓN DE LA ELABORACIÓN DE ACEITE DE ENEBRO EN RIBA-ROJA D'EBRE (Riba-roja d'Ebre - Tarragona- Cataluña- España)
EXPERIENCIAS PILOTO DEL PROYECTO LIVHES
7

FECHA DE REALIZACIÓN

- Febrero/Diciembre (2022)

OBJETIVOS

- Crear e instalar plataformas interpretativas de la fiesta del aceite y sobre el funcionamiento de los hornos de aceite de anebro, a partir de la generación de contenidos procedentes del trabajo conjunto con la comunidad.
- Experimentar con una aplicación móvil al trabajo creativo destinado a la socialización del patrimonio cultural inmaterial local. Centrar esta experimentación en la comunidad y en la escuela local.
- Contribuir en la creación de una maleta pedagógica destinada a la socialización de la fiesta y de los hornos de aceite de anebro, en colaboración con las escuelas de la localidad.
- Documentar, a través de entrevistas orales, el conocimiento de miembros de la comunidad local sobre la fiesta y hornos de aceite de anebro.

DESTINATARIOS

- Comunidad local y/o comarcal, que participen cada año en la fiesta del aceite de anebro, como elemento cohesivo y dinamizador de la propia comunidad.
- Visitantes externos como elemento de valorización turística del territorio.
- Comunidad escolar, a través de la escuela local, como elemento de dinamización intergeneracional y de aprendizaje.

PRODUCTOS FINALES



EVALUACIÓN

De la encuesta cualitativa a la comunidad local se desprende que la prueba piloto tiene un impacto directo positivo en la socialización del PCI del territorio. Los agentes involucrados consideran que la introducción de ese patrimonio a través de la aplicación de buenas prácticas constituye un elemento que contribuye a la puesta en valor cultural y turística del territorio.

El centro escolar con el que se ha trabajado considera una valoración positiva el trabajo con aplicaciones móviles con los alumnos y alumnas, y con un mayor aprovechamiento fuera del aula. Las acciones se valoran más positivamente en el ámbito de la socialización y difusión del PCI, por encima de su implementación en el currículo escolar.

Por último, opinan que es imprescindible el trabajo con el alumnado en la socialización y difusión del PCI local, si se quiere transmitir a las nuevas generaciones en la necesidad de preservar y transmitir el conocimiento.

Enlaces Oficiales
Plan territorial: [SITO.ceb](#)

Neste guia, as 8 experiências-piloto foram resumidas em duas páginas que seguem um esquema comum.

Na secção superior de ambas as páginas aparece o título descritivo da experiência-piloto e a localização em cada um dos territórios.

Na secção central da primeira página diferenciaram-se duas zonas. Na primeira aparece o logótipo do sócio que desenvolve a experiência-piloto, um link para o vídeo que a resume e uma breve descrição. Na segunda zona desta secção central, desenhou-se uma coluna que conecta com o trabalho de diagnóstico e análise efetuados previamente. Identificam-se os âmbitos do PCI aos quais a experiência dá resposta, a solução inovadora principal aplicada e os indicadores de qualidade que a inspiram.

Na secção central da segunda página, também dividida em duas zonas, aparece uma coluna à esquerda onde se especifica a data de realização e os objetivos abordados. Na segunda zona, constam os destinatários principais, a avaliação e as fotografias dos produtos finais desenvolvidos.

Por último, na secção inferior das duas páginas, incluiu-se uma ligação ou link para uma explicação mais extensa e detalhada de cada experiência-piloto.



ALFÂNDEGA IMATERIAL. CENTRO DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO RIO MINHO

Edifício Ex-Alfândega, Av. de Espanha, s/n,
Valença; Valença do Minho, Portugal

EXPERIENCIAS PILOTO DEL PROYECTO LIVHES



BREVE DESCRIÇÃO

A experiência-piloto do AECT Rio Minho é a primeira fase de um projeto mais extenso que tenta salvaguardar, transmitir e valorizar o Património Cultural Imaterial deste território transfronteiriço, já catalogado ou em vias de catalogação.

A solução encontrada para gerir toda a documentação, investigação e informação destas manifestações culturais foi musealizá-las por duas vias: a criação de um centro físico de exibição e mediação; e o desenvolvimento de uma plataforma virtual que desenvolva o conteúdo

web desse centro de interpretação. Ao projeto global chamou-se de “Alfândega Imaterial. Centro do Património Cultural Imaterial do Rio Minho”.

Contudo, como a recuperação do edifício físico da Alfândega será feita numa segunda fase, desenvolveu-se agora o espaço virtual permanente (www.alfandegaimaterial.eu), que mostra as principais áreas do património comum galego-português, com expressões representativas da Euroregião.

ÂMBITOS

- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Tradições e expressões orais (incluindo o idioma como veículo do PCI)
- Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZACIÓN

Documentación e investigación



INDICADORES DE QUALIDADE





DATA DE REALIZAÇÃO

- Junho de 2022 / março de 2023

OBJETIVOS

- Recopilar, inventariar, documentar e investigar as manifestações do PCI do território do Rio Minho transfronteiriço para melhorar o seu reconhecimento e empoderar os seus portadores e agentes.
- Catalogá-las nas áreas de tradições orais, conhecimentos e comércios tradicionais, cultura fluvial e marítima, cultura agrária e ciclo festivo anual.
- Desenhar e criar a plataforma digital que dá desenvolvimento aos conteúdos do futuro centro patrimonial.
- Reforçar a transmissão intergeracional com o espaço virtual.
- Gerar valores acrescentados no património local como motor de um desenvolvimento local sustentável com o futuro centro.

DESTINATÁRIOS

- Público direto:** é constituído pelos portadores, agentes e associações dinamizadoras do PCI do território; também pelos investigadores; e, por último, pelos técnicos e gestores das administrações às quais cabe dinamizar a cultura.
- Público indireto:** em primeiro lugar, todos os habitantes ou vizinhos da Euroregião Rio Minho, que verão o seu legado dignificado; em segundo lugar, os visitantes, que poderão aceder aos conteúdos agora virtualmente e, num futuro, no espaço museológico de exibição e mediação.

PRODUTOS FINAIS



AVALIAÇÃO

O processo de avaliação analisa a efetividade da plataforma digital como ferramenta de inventário. Em primeiro lugar, revê-se o número de registos e conteúdos introduzidos, com o qual se gera um quociente de supervisão e crescimento do repositório. Os indicadores de uso que se desenharam são habituais no âmbito virtual: tempo de visita, visualizações, consultas realizadas, etc.

Em cada manifestação do PCI inventariada consignam-se indicadores quantitativos e qualitativos sobre a participação da comunidade e o seu envolvimento na gestão da plataforma.

A avaliação do programa-piloto será efetuada mais a fundo nas diversas fases do projeto. Na atual, de visibilidade externa da plataforma digital, interessam estes aspetos.



PAYS de BÉARN



BREVE DESCRIÇÃO

A experiência-piloto consistiu no desenho e na criação de jornadas de coesão social (“team-building”) para trabalhadores de empresas instaladas em Béarn. O objetivo último do Pays de Béarn era que estes coletivos descobrissem e transmitissem as práticas culturais locais vivas, como primeiro passo para transferir esta oferta cultural a todo o meio profissional.

Para o desenho do conteúdo recorreu-se à Ciutat, uma empresa de serviços especializada

na promoção da cultura e da língua bearnesa. Foram implementados quatro programas baseados no canto polifónico, na dança, na narração de contos e no desporto tradicional do bowling.

Um fator totalmente inovador era reforçar o sentimento de pertença a uma equipa laboral com a prática de manifestações culturais coletivas bearnesas, o qual contribuía com um sentido adicional de apego ao território, de criatividade e de bem-estar e riqueza social, ao mesmo tempo que gerava um valor acrescentado económico.

ÂMBITOS

- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo
- Técnicas artesanais tradicionais
- Artes do espetáculo
- Tradições e expressões orais (incluindo o idioma como veículo do PCI)

VALORIZACIÓN

Dinámica social

Transmisión y mediación



INDICADORES DE QUALIDADE





DATA DE REALIZAÇÃO

- Fevereiro de 2022 / fevereiro de 2023

OBJETIVOS

- Melhorar o reconhecimento do PCI por parte da sociedade, das instituições e das autoridades locais (agentes, funcionários e cargos eleitos).
- Promover uma visão holística do património, tendo em conta a estrutura ecossistémica das práticas culturais.
- Vincular os agentes do setor cultural e do setor económico (profissionais, fabricantes locais de ferramentas, fornecedores de matérias-primas, etc.).
- Desenvolver mecanismos inovadores de transmissão intergeracional que estruturam iniciativas a longo prazo, com ações recorrentes em torno da capacitação dos agentes culturais e da sua profissionalização.
- Equilibrar a salvaguarda e a valorização do PCI em todo o território.

DESTINATÁRIOS

- **Público direto:** estruturas patronais e trabalhadores do setor público e privado para criar equipa (“team-building”), através de práticas culturais coletivas. Mais concretamente, participaram nesta edição uma associação de jovens trabalhadores, uma empresa de construção e obras públicas, uma start-up especializada na fabricação de gases medicinais e uma administração local (comunidade de municípios).
- **Público indireto:** todos os habitantes do Pays de Béarn, que podem beneficiar destas novas formas de transmissão e valorização do PCI.

PRODUTOS FINAIS



AVALIAÇÃO

O “Biarnês team-building” foi um sucesso unânime entre as equipas de trabalhadores, como reflete a avaliação feita através de inquéritos de satisfação. Os bons resultados aconselham que se reedite e que se amplie a todo o âmbito laboral.

Cada uma das quatro equipas experimentou, em três fases, um dos quatro programas relacionados com o PCI bearnês. A primeira fase, individual, apoiou-se numa plataforma digital para haver uma familiarização com a prática cultural. A fase coletiva concretizou-se em três oficinas de duas horas na empresa durante o horário laboral. Por último, a etapa imersiva foi a prática do canto, da narração oral, da dança ou do desporto tradicional do bowling fora da empresa, e nos seus contextos socioculturais.

As equipas destacam a experimentação através do corpo, sensorialmente e através da oralidade, e a interiorização da importância do PCI local.



CONHECES O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DOS PIRENÉUS ALTO-GARONESES? RESPONDE ÀS PERGUNTAS

Comunidade de Comunas Pirenéus Alto-Garoneses;
Occitânia, França

EXPERIENCIAS PILOTO DEL PROYECTO LIVHES



BREVE DESCRIÇÃO

A experiência-piloto da CCPHG centra-se nas manifestações do PCI do território, reconhecidas pela UNESCO, e que a população por vezes desconhece. A proposta pretende abordar e transmitir as palavras e os conhecimentos tradicionais dos seus portadores, como fiel reflexo da identidade territorial.

Com ambição intergeracional, dirige-se a um público infantil, entre os 8 e os 12 anos, com a intenção de sensibilizar estas gerações que serão as futuras portadoras do património cultural imaterial.

Para captar e manter a atenção deste público jovem, desenhou-se e desenvolveu-se um ambiente de educação informal baseado numa bateria de jogos sérios ou educativos. Mais concretamente, a experiência-piloto consta de três ferramentas complementares: um quiz ou questionário com quinze podcasts sobre a paisagem sonora; um jogo de cartas associado a um póster e a um site; e um stand para atividades escolares ou eventos públicos.

ÂMBITOS

- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação



INDICADORES DE QUALIDADE





CONHECES O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DOS PIRENÉUS ALTO-GARONESES? RESPONDE ÀS PERGUNTAS

Comunidade de Comunas Pirenéus Alto-Garoneses;
Occitânia, França

7

EXPERIENCIAS PILOTO DEL PROYECTO LIVHES

DATA DE REALIZAÇÃO

- Junho de 2022 / março de 2023

OBJETIVOS

- Melhorar o reconhecimento do próprio PCI por parte da população autóctone, e integrá-lo numa visão holística do património local.
- Salvaguardar as práticas locais e reconhecer os seus praticantes e portadores.
- Reforçar a transmissão intergeracional com programas e ferramentas que façam com que o público jovem descubra estas práticas e as associações portadoras que as transmitem.
- Gerar valores acrescentados no património local que o enriqueçam e assegurem a sua continuidade.

DESTINATÁRIOS

- Um **primeiro público direto** é constituído pelo coletivo infantil local, ao qual se oferece materiais de mediação divertidos e adaptados, que reforçam a transmissão.
- Também formam o **público direto** os portadores e agentes do PCI, porque obtêm uma maior visibilidade e reconhecimento.
- As famílias com crianças pequenas (visitantes e/ou turistas) são um **público-meta**, porque a proposta apresenta o património de uma forma divertida e experiencial, relacionada com o conceito de turismo cultural sustentável.
- Público indireto:** todos os habitantes da CCPHG: os técnicos, gestores e animadores locais, porque dispõem de ferramentas adaptadas e especializadas de mediação patrimonial.

PRODUTOS FINAIS



AVALIAÇÃO

A experiência-piloto foi apresentada publicamente num evento local, a “Festa da montanha”, ao qual acorreram mais de 5 000 pessoas. Teve uma excelente aceitação.

Para a avaliação qualitativa dos materiais implementados, contou-se com os responsáveis dos centros de “lazer e tempo livre”. O quiz de 15 cartas agradou-lhes e destacaram que é um material fácil de usar. Os podcasts em forma de “paisagem sonora” foram a ferramenta avaliada da forma mais positiva pela sua inovação e pela dimensão moderna com que contribui para a transmissão intergeracional. Descreveram o póster e o jogo de cartas como uma ferramenta divertida, ao mesmo tempo efetiva, porque a pesquisa visual das cenas reforça a memorização das crianças e vincula-as de mais profundamente. Por último, o site, em francês e em espanhol, foi muito bem recebido pelos animadores porque facilita o seu trabalho educativo.



upna

Universidad Pública de Navarra
Nafarroako Unibertsitate Publikoa



BREVE DESCRIÇÃO

A experiência-piloto que a UPNA desenvolveu é uma aplicação móvel de realidade aumentada, Kultour, para a sinalização, mediação e educação patrimoniais de toda a Navarra, mas especialmente focada no âmbito rural que está a sofrer um crescente despovoamento. Partindo deste protagonismo do património local, e especialmente do seu PCI, a aplicação também integra informação sobre serviços das localidades para contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

Como exemplos de sinalização, desenvolve-

ram-se os textos, audiovisuais e artefactos semióticos para sinalizar Sesma, uma localidade navarra muito ligada à cultura do esparto e ao seu artesanato, e uma rota de turismo cultural, Pamplona-Bardenas. Para além da sua apresentação plurilingue, os conteúdos da aplicação estão adaptados a quatro níveis: infantil, juvenil, adulto (divulgativo) e adulto (especialista). Para o público infantil e juvenil, também se oferecem visitas gamificadas. O desenvolvimento local fica refletido na apresentação interativa de produtos e serviços locais.

ÂMBITOS

- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo
- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo
- Tradições e expressões orais (incluindo o idioma como veículo do PCI)

VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação



INDICADORES DE QUALIDADE





DATA DE REALIZAÇÃO

- Fevereiro de 2022 / março de 2023

OBJETIVOS

- Melhorar o reconhecimento do PCI por parte da sociedade, das instituições e das autoridades locais e integrá-lo numa visão holística do património local.
- Introduzir o PCI no debate dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, avaliando a sua equidade, viabilidade e sustentabilidade, assim como os seus perigos e ameaças na transmissão.
- Empoderar os portadores e agentes do PCI, enquanto as suas práticas são identificadas, documentadas e sinalizadas.
- Reforçar a transmissão intergeracional com iniciativas de educação patrimonial destinadas a diferentes coletivos e idades.
- Gerar valores acrescentados no património local como motor de um desenvolvimento local sustentável.
- Obter um modelo metodológico e tecnológico transferível a outros territórios.

DESTINATÁRIOS

- Um **primer público directo** está configurado pelos portadores e agentes do PCI, porque obtêm uma maior visibilidade na aplicação.
- Também são **público directo** os habitantes das localidades, para os quais se adapta a informação por idades e níveis de profundidade. Faz-se finca-pé nas novas gerações.
- Os visitantes e turistas também são um **público meta**, porque a aplicação apresenta o património de uma forma experiencial e é plurilingue.
- **Público indirecto**: todos os habitantes ou vizinhos de Navarra, especialmente os que vivem em zonas rurais afetadas pelo despovoamento, os técnicos e gestores das administrações regionais e locais, os produtores e pequenos empresários de serviços.

PRODUTOS FINAIS



AVALIAÇÃO

A avaliação da experiência-piloto foi muito positiva. Inclui dois níveis ou partes: a avaliação da própria APP e a avaliação do processo de valorização.

O desenho e uso da ferramenta informática de sinalização-mediação foram submetidos à avaliação dos próprios utilizadores de forma quantitativa e qualitativa, com estatísticas de uso e inquéritos de satisfação, respetivamente. Tudo isso permite-nos programar ajustamentos e alterações para melhorar as experiências dos utilizadores, assim como conhecer os diferentes tipos de público.

Também são bons os resultados da avaliação do processo de valorização levado a cabo em Sesma e nas localidades da rota Pamplona-Bardenas. Foram constituídos grupos-alvo para rever os bens sinalizados e avaliar os trabalhos de mediação, assim como questionários anónimos para avaliar aspetos como a governança, a participação e a colaboração de agentes e instituições.



BARCELOS MUNICÍPIO

BREVE DESCRIÇÃO

A experiência-piloto desenvolvida em Barcelos consistiu no desenho e implementação de uma plataforma digital de livre acesso para o público utilizador. Nela podem documentar-se e transmitir as manifestações do património cultural imaterial do Vale do Neiva. A plataforma é, por sua vez, um repositório público e um museu virtual.

Para além disso, na sua elaboração, como importante valor implícito acrescentado, valorizou-se o papel dos portadores e transmisso-



res destas práticas culturais. Potenciou-se este empoderamento das comunidades, associações e agentes envolvidos na produção e transmissão das manifestações do PCI, uma vez que se considera um estímulo e uma estratégia fundamental para a sua salvaguarda e transmissão intergeracional.

Este inventário municipal, próximo das comunidades portadoras, identificou, estudou e promoveu estas práticas, e pode ser uma ajuda para a eventual proposta de inscrição no inventário nacional do PCI de Portugal.

ÂMBITOS

- Tradições e expressões orais
- Artes do espetáculo
- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo
- Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação



INDICADORES DE QUALIDADE





DATA DE REALIZAÇÃO

- Junho de 2022 / abril de 2023

OBJETIVOS

- Promover o inventário municipal de manifestações do PCI como processo de dinâmica e coesão social no território.
- Fornecer ferramentas de inventário do PCI à comunidade do Vale do Neiva, o que permitiu inventariar três eventos de PCI dentro do prazo do projeto LIVHES.
- Garantir a gestão livre e descentralizada, e o acesso aos eventos culturais da comunidade, grupo ou indivíduos portadores do PCI.
- Reforçar a transmissão intergeracional com um repositório público e museu virtual que faça com que o público escolar descubra estas práticas assim como as associações portadoras que as transmitem.

DESTINATÁRIOS

- Público direto** do inventário: indivíduos, grupos, associações e comunidades portadoras do PCI; investigadores e estudiosos do PCI.
- Público direto** da transmissão: comunidade escolar da zona, fundamental na transmissão destas manifestações; público interessado no PCI.
- Público indireto:** todos os habitantes da região (comunidade local) como público geral; viajantes e turistas que visitem o território.

AVALIAÇÃO

As oficinas de acompanhamento e colaboração com os agentes do PCI fizeram uma avaliação positiva, em primeiro lugar, do inventário, registo e digitalização da documentação das práticas identificadas (Confraria de Pão das Almas, Terreiro - Teatro Comunitário e Auto de Floripes 5 de agosto). O trabalho de investigação e registo identificou práticas do PCI desconhecidas e identificou agentes portadores de manifestações que se já julgavam extintas.

Também foi avaliado positivamente, em segundo lugar, o empoderamento das comunidades e agentes do PCI, como se depreende dos seus comentários. O estímulo que o inventário, a documentação e o estudo das suas manifestações implica, representa um impulso para a salvaguarda, mas também para a sua transmissão intergeracional.

PRODUTOS FINAIS





Diputación de Burgos



BREVE DESCRIÇÃO

O objetivo da experiência-piloto da Deputação de Burgos foi fazer um diagnóstico e a valorização do património material e imaterial vinculado ao toque manual de sinos.

Partindo da função social e do enraizamento na comunidade desta linguagem não verbal que serviu durante séculos de sistema de comunicação, foi feito um estudo baseado inicialmente numa vasta zona da província de Burgos. Num futuro, para além de completar o estudo deste sinal de identidade cultural e territorial, será in-

cluído em rotas de turismo cultural sustentável.

A comissão técnica fez um diagnóstico e um inventário sobre a situação dos campanários e dos sinos, um manual técnico de intervenção nos campanários para assessorar municípios e freguesias, um estudo etnomusicológico e uma hemeroteca de grande valor documental. Tudo isso ficou registado no site: www.campanerosdeburgos.com.

ÂMBITOS

- Tradições e expressões orais (incluindo o idioma como veículo do PCI)
- Usos sociais, rituais e atos festivos

VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação



INDICADORES DE QUALIDADE





DATA DE REALIZAÇÃO

- Maio de 2022 / março de 2023

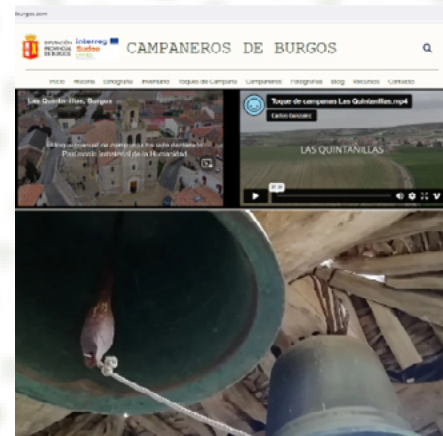
OBJETIVOS

- Salvaguardar o toque manual de sinos e reconhecer os seus praticantes e portadores através de um inventário e da redação de um manual técnico de intervenção nos campanários para a sua correta conservação, respeitando os materiais e a fisionomia tradicional.
- Melhorar o conhecimento sobre o toque de sinos com um estudo etnográfico e etnomusicológico.
- Integrar esta manifestação do PCI numa visão holística do património local, com a redação de um Plano de ação para a sua dinamização, valorização e difusão.
- Reforçar a transmissão intergeracional com um site de documentação e com jornadas de difusão.
- Gerar valores acrescentados no património local, incluindo o toque de sinos em rotas de turismo cultural sustentável.

DESTINATÁRIOS

- Público direto** do inventário e o site especializado: Associação de sineiros, investigadores e estudiosos do toque manual de sinos, especialmente etnomusicólogos.
- Público direto** da transmissão: interessados no toque manual de sinos como manifestação representativa do PCI.
- Público indireto** que se quer atrair: todos os habitantes da província de Burgos, viajantes e turistas que visitem o território.

PRODUTOS FINAIS



AVALIAÇÃO

Graças à colaboração dos técnicos, etnógrafos e, especialmente, a associação de sineiros, profundos conhecedores do tema, conseguiu-se estudar os campanários dos municípios de Arcos de la Llana, Cayuela, Ciudad de Burgos, Pedrosa de Muñó, Renuncio, Santa María de Tajadura, Tardajos, Villacienzo, Villafuertes, Villagonzalo Pedernales, Villalonquéjar, Villamiel de Muño, Villangómez, Villanueva Matamala, Villariezo e Villaverde del Monte. Portanto, quantitativamente, a avaliação é positiva. Não obstante, segundo se tinha previsto, o trabalho de campo foi-se complicado: as condições meteorológicas tornaram-se muito adversas nestes meses de trabalho, tanto para os técnicos como para os sineiros que ainda podiam estar disponíveis, embora de idade avançada.

Apesar de ainda ser cedo para fazer uma avaliação profunda, avalia-se de forma muito positiva o site especializado em toques de sino manuais.



BREVE DESCRIÇÃO

A prova-piloto do ICRPC foi implementada no município de Riba-roja d'Ebre, afetado pelo despovoamento e com problemáticas próprias de territórios periféricos. A identificação da festa do óleo de zimbro como um evento a valorizar, estando vinculada diretamente aos fornos de óleo de zimbro, centrou a atuação neste território.

Trabalhou-se conjuntamente com a comunidade local, principalmente com a Associação de Amigos de Riba-roja d'Ebre e com o centro escolar do município, na elaboração de qua-

dro interpretativos, uma mala pedagógica, registo audiovisual de entrevistas orais e experimentação com uma aplicação móvel cocriativa.

O objetivo central da experiência era responder aos repto detetados no diagnóstico, aproveitando o ensinamento das boas práticas identificadas em torno do desenvolvimento local baseado no património, especialmente no PCI. Neste caso, focou-se na consolidação da identidade cultural e territorial, impulsionando, como valor acrescentado, um turismo cultural sustentável.

ÂMBITOS

- Usos sociais, rituais e atos festivos
- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo
- Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação



INDICADORES DE QUALIDADE





DATA DE REALIZAÇÃO

- Fevereiro/dezembro (2022)

OBJETIVOS

- Criar e instalar quadros interpretativos da festa do óleo e sobre o funcionamento dos fornos de óleo de zimbro, a partir da geração de conteúdos provenientes do trabalho conjunto com a comunidade.
- Experimentar com uma aplicação móvel o trabalho cocriativo destinado à socialização do património cultural imaterial local. Centrar esta experimentação na comunidade e na escola locais.
- Contribuir para a criação de uma mala pedagógica destinada à socialização da festa e dos fornos de óleo de zimbro, em colaboração com as escolas da localidade.
- Documentar, através de entrevistas orais, o conhecimento de membros da comunidade local sobre a festa e os fornos de óleo de zimbro.

DESTINATÁRIOS

- **Comunidade local e/ou regional**, que participa todos os anos na festa do óleo de zimbro, como elemento de coesão e identitário da própria comunidade.
- **Visitantes externos** como elemento de valorização turística do território.
- **Comunidade escolar**, através da escola local, como elemento de dinamização intergeracional e de aprendizagem.

PRODUTOS FINAIS



AVALIAÇÃO

Do inquérito qualitativo à comunidade local concluiu-se que a prova-piloto tem um impacto direto positivo na socialização do PCI do território. Os agentes inquiridos consideram que a ativação desse património através da aplicação de boas práticas constitui um elemento que contribui para a valorização cultural e turística do território.

O centro escolar com o qual se trabalhou atribui uma avaliação positiva ao trabalho com aplicações móveis com os alunos, proporcionando um maior aproveitamento fora da aula. As ações são avaliadas de forma mais positiva no âmbito da socialização e ativação do PCI, do que no da sua introdução no currículo escolar.

Por último, opinam que é imprescindível o trabalho com os alunos na socialização e divulgação do PCI local, se se quiser sensibilizar as novas gerações para a necessidade de preservar e transmitir o conhecimento.



Diputación de Teruel



BREVE DESCRIÇÃO

A experiência-piloto da Deputação de Teruel focou-se em como abordar a transmissão e a mediação da técnica tradicional de construção de pedra seca. Para tal fim, editaram-se duas obras acessíveis e experienciais.

Em primeiro lugar, pensando mais na educação patrimonial formal, foi publicada uma banda desenhada gratuita para os alunos do primeiro ciclo de ensino. Com este formato apelativo, pretende-se que aprendam a avaliar a paisagem que os rodeia e aprendam, de uma forma

simples, a importância desta técnica tradicional. Está pensado como material de apoio para projetos cooperativos e participativos, nas aulas e nas localidades.

Em segundo lugar, com um carácter divulgativo, foi apresentada uma obra para o conhecimento e divulgação da técnica construtiva de pedra seca. Está pensada para chegar a um vasto público, para o sensibilizar e para ser um guia de descoberta da técnica.

ÂMBITOS

- Técnicas artesanais tradicionais

VALORIZAÇÃO

Transmissão e mediação



INDICADORES DE QUALIDADE





DATA DE REALIZAÇÃO

- Fevereiro de 2022 / março de 2023

OBJETIVOS

- Melhorar o reconhecimento do PCI, neste caso a construção tradicional de pedra seca, por parte da sociedade, das instituições e das autoridades locais e integrá-lo numa visão holística do património local.
- Reforçar a sua transmissão intergeracional com iniciativas de educação patrimonial destinadas ao público do primeiro ciclo do ensino básico, com um material simples e atrativo como é uma banda desenhada.
- Valorizar a paisagem cultural do território no qual se integram as construções de pedra seca.
- Gerar valores acrescentados no património local como motor de um desenvolvimento local sustentável com a publicação de uma obra divulgativa que explique a importância da técnica a habitantes e visitantes.

DESTINATÁRIOS

- A banda desenhada destinava-se a um público local, aos alunos e professores do 3.º e 4.º anos do primeiro ciclo do ensino básico das escolas da província de Teruel. Mais concretamente, nesta experiência-piloto participaram o C.R.A. DE MARTÍN DEL RÍO, C.P. LAS ANEJAS, C.R.A. TERUEL UNO e C.R.A. GOYA; mas pretende-se ampliar a outras escolas.
- A obra divulgativa destinava-se a técnicos de turismo e a outros agentes de divulgação do património, para disporem de uma ferramenta de mediação de uma manifestação cultural menos conhecida.
- O público indireto desta obra é mais vasto, e inclui tanto naturais de Teruel como visitantes e turistas que procuram conhecer o território mais a fundo.

PRODUTOS FINAIS



AVALIAÇÃO

A avaliação da experiência-piloto, no caso da banda desenhada, foi feita através de inquéritos aos docentes das escolas C.R.A. DE MARTÍN DEL RÍO (Martín del Río), C.P. LAS ANEJAS (TERUEL), C.R.A. TERUEL UNO (Perales del Alfambra) e C.R.A. GOYA (Caminreal), que participaram na experiência educativa com este material. A avaliação foi muito positiva.

No caso da obra divulgativa, quem a avaliou também de forma muito positiva foram os participantes nas ações de transferência organizadas no quadro do projeto: técnicos de turismo e especialistas em mediação patrimonial. Destacaram a sua clareza expositiva, a qualidade gráfica e a sua gratuidade.

A avaliação de ambas as obras será ampliada conforme o seu uso se for estendendo.



8. RECOMENDAÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO DO PCI

PRÉVIAS

1

Para valorizar o PCI, é preciso verificar previamente que a prática se adequa à Convenção de salvaguarda e aos âmbitos da mesma.

2

Toda a valorização deve estar encabeçada por uns princípios éticos que assegurem os direitos dos agentes e a sua propriedade intelectual tem de contar com o seu consentimento e cumprir as diferentes legislações.

3

Todo o processo de valorização começa com uma identificação, registo, descrição, contextualização e investigação a fundo da prática do PCI, isto é, tem de ter, por um lado, solidez técnica e científica, por outro, ser fruto da interação com os portadores, poder ser revista ou evolutiva, e acessível.



PARA O DESENHO

4

A proposta de revalorização deve abordar, com certo grau de profundidade e de inovação, uma ou várias ações de salvaguarda da UNESCO, sem fossilizar nem retirar evolução e criatividade à manifestação.

5

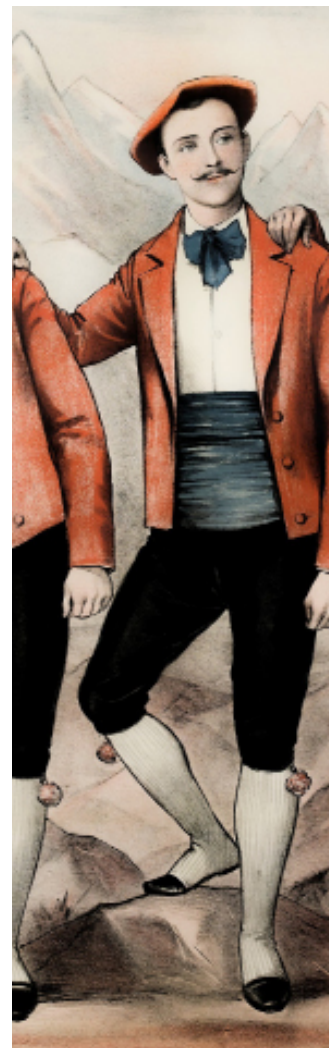
Toda a valorização de um bem imaterial deve ser regida pela equidade, isto é, deve tentar ser acessível economicamente, inclusiva, sensível à abordagem de género, intergeracional, respeitar a diversidade cultural e linguística, e alentar o encontro intercultural.

6

Valorizar o PCI requer financiamento estável, transparente e com uma duração geralmente não pontual que assegure a sua viabilidade económica.

7

Tem de avaliar o seu impacto na conservação do âmbito natural e da biodiversidade.



PARA A EXECUÇÃO E GESTÃO

8

Uma proposta de valorização implica gerar dinâmicas sociais participativas em que as comunidades protagonistas sejam agentes, se envolvam e gerem vínculos que impulsionem a transmissão.

9

Da perspectiva das administrações, exige um apoio técnico e financeiro, e um acompanhamento aos portadores, às associações e aos setores culturais e económicos envolvidos, fomentando o seu trabalho em rede. Neste sentido, deve primar uma visão identitária e de salvaguarda das manifestações, especialmente das menos visíveis e mais ameaçadas, em detrimento de visões parciais mercantilistas ou ideológicas.

10

A transmissão intergeracional das manifestações do PCI é o objetivo prioritário da salvaguarda, objetivo que partilha a valorização, mas com uma visão de sustentabilidade ou intergeracional. As medidas e planos de mediação devem ser integradores, participativos e acessíveis; e estarem destinados e adaptados a públicos diferentes, em processos educativos informais ou formais, mas também na mediação de um turismo sustentável.



11

O papel das administrações nas propostas de valorização tem de estar ligado a uma governança partilhada e liderada pelas entidades locais conhecedoras do território. Deve evoluir facilitando redes de trabalho aos agentes, e envolvendo-os em projetos intersetoriais e interterritoriais.

12

Valorizações muito completas são as que garantem a pluralidade e complementaridade das ações de salvaguarda e valorização. Esta diversidade pode promover intersetorialidade em diferentes aspetos. Em primeiro lugar, nos usos sociais do PCI, quando interagem usos socio-culturais (coesão social, identidade partilhada, visibilidade de minorias...), usos económicos redistribuídos (economia circular, turismo cultural sustentável...) e/ou usos ambientais (proteção da biodiversidade). Em segundo lugar, quando envolvem diversas práticas do PCI. Por último, quando combinam planos e programas de gestão.



PARA A AVALIAÇÃO

13

Toda a valorização do PCI deve ser avaliada durante os anos em que foi executada ou se vai executar e no final do programa, para confirmar se foi efetiva e alcançou, portanto, a missão e os objetivos propostos. É recomendável que a avaliação integre indicadores de sucesso quantitativos e qualitativos.

14

No caso das administrações, também deveria incluir um estudo da eficiência quanto à relação de custos para alcançar os objetivos, no que se refere às equipas e recursos humanos utilizados e, por último, aos requisitos técnicos utilizados.

15

Avaliar casos concretos e reais permite identificar boas práticas para o território e que possam ser transferíveis para fora dele em redes internacionais como a que o projeto LIVHES constituiu.



9. RECURSOS COMPLEMENTARES



Neste módulo do guia apresentamos uma seleção de **recursos complementares** sobre o Património Cultural Imaterial.

Agrupados por tipologias, propomos alguns recursos de destaque à direita e uma lista mais completa à qual se pode aceder com o símbolo +.

Consideraram-se as **seguintes secções:**

- **INVENTÁRIOS E CATÁLOGOS**
- **GUIAS**
- **BOAS PRÁTICAS**
- **BIBLIOGRAFIA**
- **WEBGRAFIA**
- **TESAUROS**



INVENTÁRIOS E CATÁLOGOS



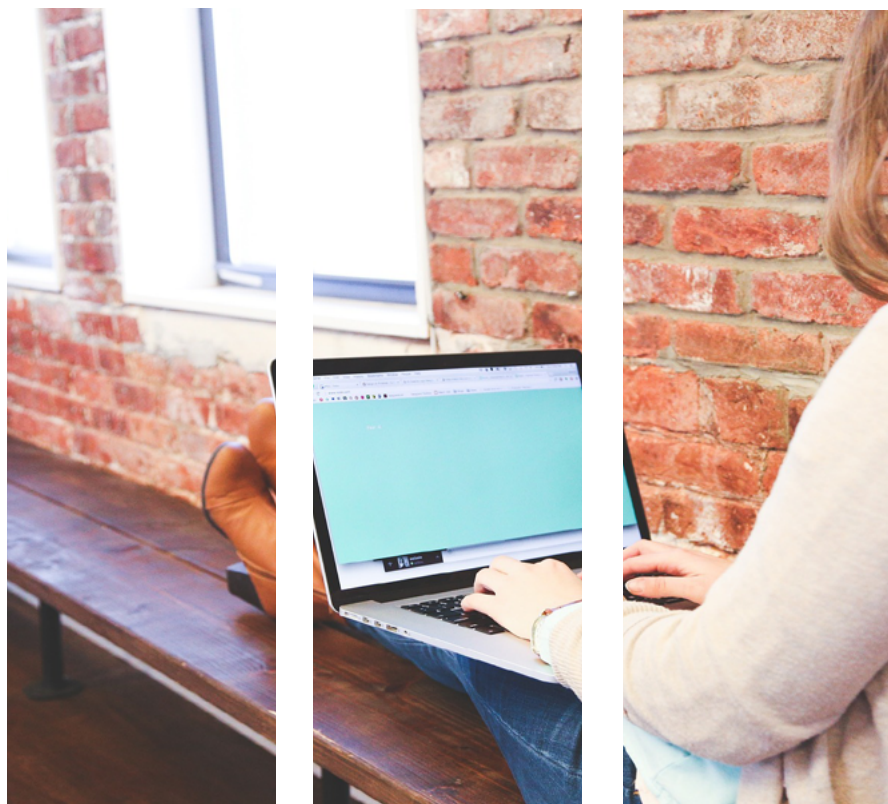
GUIAS



BOAS PRÁTICAS



BIBLIOGRAFIA



WEBGRAFIA



TESAURO